

ANA BEATRIZ CAIRES RAMOS

CASA EM MOVIMENTO:
Uma etnografia da Casa da Mulher Maranhense em Imperatriz/MA

Imperatriz – MA
2025

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Ramos, Ana Beatriz Caires.

CASA EM MOVIMENTO : uma etnografia da Casa da Mulher Maranhense em Imperatriz/MA / Ana Beatriz Caires Ramos. - 2025.

66 p.

Orientador(a): . Maynara Costa de Oliveira Silva.

Monografia (Graduação) - Curso de Ciências Humanas - Sociologia, Universidade Federal do Maranhão, Imperatriz/ma, 2025.

1. Casa da Mulher Maranhense. 2. Violência Sexual. 3. Política Pública. 4. Etnografia. 5. Análise Documental.
I. Silva, . Maynara Costa de Oliveira. II. Título.

ANA BEATRIZ CAIRES RAMOS

**CASA EM MOVIMENTO:
Uma etnografia da Casa da Mulher Maranhense em Imperatriz/MA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Licenciatura em Ciências Humanas/Sociologia da Universidade Federal do Maranhão - UFMA como requisito de obtenção do título de licenciado em Sociologia.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Maynara Costa de Oliveira Silva

Aprovado em: 29/07/2025

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dra. Maynara Costa de Oliveira Silva (Orientadora)
Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Prof^ª. Dra. Vanda Maria Leite Pantoja
(Examinadora interna)
Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Prof. Dr. Wellington da Silva Conceição
(Examinador interno)
Universidade Federal do Maranhão – UFMA

AGRADECIMENTOS

Agradecer é, neste trabalho, uma forma de restituição. Não apenas pela ajuda que recebi, mas pela escuta que me foi confiada, pela palavra que chegou e pelo silêncio que permaneceu. Esta pesquisa não foi apenas um exercício intelectual: ela foi um mergulho em dores que não me eram estranhas, em histórias que, de tão próximas, às vezes me calavam, outras vezes me empurravam à escrita. A cada linha que redigia, uma Ana se sentava ao meu lado, nome escolhido não apenas como pseudônimo, mas como reconhecimento de que todas nós, em alguma medida, estamos em risco.

À minha família, agradeço pelas raízes que me sustentam e pelas histórias que me antecedem. Cada gesto de apoio, mesmo silencioso, foi importante para que eu chegasse até aqui. Em especial, à minha irmã Ana Cristina, que se tornou para mim exemplo vivo de força e persistência. Sua luta para concluir a graduação, me ensinou que é possível romper ciclos, mesmo quando tudo parece nos empurrar para a desistência. Foi nela que encontrei a coragem que, por vezes, me faltava. Seu caminho abriu brechas para o meu, e por isso, este trabalho também é dela, porque quando uma mulher da nossa família consegue, ela anuncia que outras também podem conseguir.

Ao curso de Licenciatura em Ciências Humanas/Sociologia que aprendi a dar nome ao que me atravessava. Entre textos, discussões em sala e silêncios partilhados no corredor, fui descobrindo que a docência não era apenas um caminho profissional, mas um lugar de pertencimento. Esse curso foi, para mim, mais do que formação: foi travessia. Nele, compreendi que ser professora, neste país que desvaloriza quem ensina, é um gesto de afirmação política, uma escolha que carrega consigo um compromisso com a escuta, com o coletivo e com a transformação. A sociologia me deu ferramentas para entender o mundo, mas foi à docência que me deu coragem para querer mudá-lo. E essa pesquisa é também fruto disso.

Agradeço, com o coração e a memória, à minha orientadora, Prof.^a Dra. Maynara Silva. Sua escuta sensível, e sua confiança, me permitiram seguir mesmo quando o campo se tornava emocionalmente difícil. Mais do que orientar uma pesquisa, você me ensinou a habitar o lugar da pesquisadora com ética, afeto e responsabilidade. Obrigada por me lembrar, em tantos momentos, que há potência no que é vivido, e que é possível escrever sem se afastar de si.

Às profissionais que me receberam na Casa da Mulher Maranhense, meu mais profundo respeito. Vocês me mostraram que a política pública é feita de gente. Àquelas que, entre um atendimento e outro, pararam para conversar comigo, para rir ou para contar como fazem o que fazem, sou grata. Foi na convivência, e não apenas nas entrevistas, que esta etnografia ganhou corpo.

Às interlocutoras anônimas, mulheres que apareceram nas fichas que folhee por semanas, uma a uma, com cuidado, minha reverência. Não sei seus rostos, mas sei seus nomes escolhidos, suas pausas, suas histórias contadas em poucas linhas. Vocês não me deram entrevistas, mas me deram sentido. Me ensinaram que o silêncio também é dado, e que a ausência de palavras carrega tanto peso quanto a denúncia.

Agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA) pelo apoio financeiro concedido durante a realização desta pesquisa, foi fundamental para viabilizar a imersão em campo, a organização dos dados e o tempo dedicado exclusivamente à esta etnografia.

Aos meus amigos, deixo meus agradecimentos sinceros e profundos. Foram nas trocas de palavras, nos olhares atentos e nos apoios compartilhados que encontrei forças para resistir e seguir firme na jornada da graduação. Wires, seu incentivo constante foi um sopro de motivação para que eu não desistisse da pesquisa; Bruna, sua presença alegre e suas risadas iluminaram até os dias mais difíceis; Ester, sua generosidade em oferecer apoio e correções, foi fundamental para essa escrita; Marcelo, suas sugestões enriqueceram esta pesquisa; Flávio, sua parceria foi decisiva para que essa caminhada chegasse ao fim, sou grata a você; e Rafael, sempre solícito, amigo e parceiro, com quem pude compartilhar dúvidas, correções e sugestões. A vocês, que caminharam comigo, dedico minha gratidão.

Ao meu parceiro de vida, Kennedy Wesly, minha mais profunda gratidão. Obrigada por segurar a minha mão quando tudo parecia incerto, por acreditar, mesmo nas minhas dúvidas. Obrigada por me dar espaço, tempo e silêncio, e por compreender que me dedicar a esta pesquisa era também me reinventar no mundo. Seu acolhimento diante da minha ansiedade, sua escuta generosa e sua força silenciosa foram pilares que sustentaram os dias difíceis e os atravessamentos emocionais que esta escrita exigiu.

RESUMO

Esta monografia analisa o atendimento a mulheres em situação de violência sexual na Casa da Mulher Maranhense, em Imperatriz-MA, a partir de uma abordagem etnográfica. Tem como objetivo compreender o funcionamento cotidiano da Casa e os itinerários institucionais percorridos pelas vítimas, considerando também a escuta das profissionais que atuam no acolhimento e nos encaminhamentos. A pesquisa articula observação participante, diário de campo, entrevistas semiestruturadas e análise documental de 75 fichas de atendimento registradas no ano de 2023. Os dados foram sistematizados em categorias como idade, ocupação, cor/raça e vínculo com o autor da violência, sendo analisados à luz da perspectiva interseccional. Os resultados revelam que a maioria das vítimas é composta por mulheres jovens, pardas e em situação de vulnerabilidade socioeconômica, e que a violência sexual raramente ocorre de forma isolada, estando frequentemente associada a outros tipos de violência. Além de indicar os limites e potências da resposta institucional, o que evidencia como práticas de cuidado e escuta sensível convivem com lacunas operacionais e fragmentações nos registros. Conclui-se que o enfrentamento à violência sexual exige mudanças estruturais nas dinâmicas institucionais e nas relações de poder que perpetuam desigualdades de gênero, reafirmando a importância de políticas públicas integradas, territorializadas e comprometidas com a dignidade das mulheres.

Palavras-chave: Casa da Mulher Maranhense; Violência sexual; Política Pública; Etnografia; Análise documental.

ABSTRACT

This monograph analyzes the care provided to women in situations of sexual violence at the Casa da Mulher Maranhense in Imperatriz, Maranhão, using an ethnographic approach. It aims to understand the institution's daily functioning and the institutional itineraries followed by the victims, while also considering the perspectives of the professionals involved in reception and referral services. The research combines participant observation, field notes, semi-structured interviews, and the documentary analysis of 75 case records from the year 2023. The data were categorized by age, occupation, race/ethnicity, and the victim's relationship to the aggressor, and examined through an intersectional lens. The results show that most victims are young, brown-skinned women in situations of socioeconomic vulnerability, and that sexual violence rarely occurs in isolation, often overlapping with other forms of violence. The study also identifies both the strengths and the limitations of the institutional response, revealing how practices of care and sensitive listening coexist with operational gaps and fragmented documentation. It concludes that confronting sexual violence requires structural changes in institutional dynamics and power relations that sustain gender inequalities, reinforcing the need for integrated, locally grounded public policies committed to the dignity of women.

Keywords: Casa da Mulher Maranhense; Sexual Violence; Public Policy; Ethnography; Documentary analysis.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Cor/raça autodeclarados das mulheres vítimas de violência sexual em Imperatriz/MA 2023	51
Gráfico 2: Faixa etária das mulheres vítimas de violência sexual em Imperatriz/MA 2023. ...	52
Gráfico 3: Ocupação das mulheres vítimas de violência sexual em Imperatriz/MA 2023.	53
Gráfico 4: Tipologia da violência em Imperatriz/MA 2023.	55
Gráfico 5: Principais autores de violência sexual em Imperatriz/MA 2023.....	56

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
1.1 O fazer metodológico.....	13
1.2 Construindo a Casa da Mulher Maranhense.....	18
2 VIOLÊNCIA SEXUAL: Leituras de Ontem e de Hoje	22
2.1 Autoras de fora: Dos anos 1960 aos debates Contemporâneos	23
2.2 Autoras de dentro: Gênero, Estado e Produção da Violência.....	25
3 DA GUARITA AO GABINETE: espaço, cotidiano e itinerário estatal.....	30
3.1 Passagens institucionais: a primeira porta.....	31
3.2 Corpos em trânsito: a segunda porta.....	36
4 O QUE OS PAPÉIS REVELAM: entre códigos, silêncios e atravessamentos	43
4.1 Não era só um número: todas são Ana	44
4.1.1 Ana Margarida.....	46
4.1.2 Ana Firmina.....	46
4.1.3 Ana Dandara.....	47
4.2 Cada mulher é um caso: uma perspectiva interseccional	49
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS: ecos de uma etnografia atravessada	59
REFERÊNCIAS	62

1 INTRODUÇÃO

*Maria, Maria é um dom, uma certa magia
Uma força que nos alerta
Uma mulher que merece viver e amar
Como outra qualquer do planeta
(Milton Nascimento).*

A violência sexual contra a mulher constitui uma crise global de saúde pública, com aproximadamente 736 milhões de vítimas em todo o mundo, representando um terço da população feminina (OMS, 2021). Segundo Leite *et al.* (2023, p. 2) “a violência sexual corresponde aos atos praticados sem o consentimento da outra parte, gerando constrangimento, manutenção ou participação em relações sexuais por meio da coerção da vítima”.

Esse fenômeno, reconhecido pela Organização Mundial da Saúde, é também uma violação severa dos direitos humanos, afetando mulheres tanto em contextos domésticos quanto em espaços públicos (Valdez-Santiago *et al.*, 2009). Conforme Minayo (2006, p. 36), a “violência de gênero que vítima, sobretudo, as mulheres, é uma questão de saúde pública e uma violação explícita dos direitos humanos”. Essa situação assume características de uma endemia global, na qual o gênero e a posição socioeconômica são fatores críticos de vulnerabilidade.

Em razão desse fenômeno, a legislação brasileira tornou compulsória a notificação dos casos de violência contra a mulher nos serviços de saúde, públicos ou privados, por meio da Lei nº 10.778/2003. Essa exigência foi regulamentada pelo Decreto-Lei nº 5.099/2004, que forneceu a ficha de notificação como o principal instrumento para o registro obrigatório desses casos.

Em 2006, o Ministério da Saúde avançou ao criar o Sistema de Vigilância de Violências e Acidentes (Viva), instituído pela Portaria MS/GM nº 1.356, de 23 de junho de 2006. Esse sistema abrange dois componentes centrais: a Vigilância de Violência Interpessoal e Autoprovocada, integrada ao Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Viva/Sinan), e a Vigilância de Violências e Acidentes em unidades sentinelas de urgência e emergência, conhecidas (Viva Inquérito).

Os dados sobre violência sexual e outras formas de agressão contra a mulher, apresentados no Atlas da Violência 2024, são provenientes do Sistema de Notificação de Agravos (Sinan), que coleta informações por meio de Fichas de Notificação de Investigação

Individual de Violência Interpessoal/Autoprovocada. Segundo o manual do Sinan, a violência doméstica e intrafamiliar refere-se a qualquer ação ou omissão que comprometa o bem-estar, a integridade física e psicológica, a liberdade ou o pleno desenvolvimento de um membro da família, com maior ênfase no ambiente doméstico, mas não exclusivamente (Brasil, 2016a, p. 23).

Em 2022, foram registrados 12.477 casos de violência sexual, correspondendo a 8,9% dos episódios de violência doméstica e intrafamiliar (Cerqueira; Bueno, 2024). Em muitos casos, os agressores são indivíduos próximos das vítimas, como pais, padrastos e parceiros íntimos. No que tange às faixas etárias, as meninas entre 10 e 14 anos mostram-se vulneráveis, sendo que 49,6% dos casos de violência sexual ocorrem nessa faixa. Embora a violência física predomine entre mulheres adultas (15 a 69 anos), a violência sexual mantém níveis alarmantes ao longo da vida dessas mulheres.

Esses dados dialogam com as reflexões de Ângela Davis. Em sua obra, Davis (2016) destaca que o racismo e o patriarcado favorecem à violência sexual contra mulheres negras, evidenciando a continuidade das dinâmicas coloniais que desumanizaram e mercantilizaram seus corpos. A autora argumenta que a violência sexual é historicamente marcada por interseções de raça e classe, colocando mulheres negras em uma posição de maior vulnerabilidade.

Carla Akotirene (2019) indica que a interseccionalidade complementa essa análise ao ressaltar que a violência sexual contra mulheres negras frequentemente é invisibilizada ou tratada como questão secundária, devido às múltiplas camadas de opressão que essas mulheres enfrentam. Akotirene (2019) enfatiza a necessidade de políticas públicas que considerem gênero, raça e classe como eixos fundamentais para a proteção de mulheres vítimas de violência sexual.

Em 2022, o Nordeste teve uma taxa de feminicídios (homicídios de mulheres) de 5,4 por 100 mil habitantes, posicionando-se como a segunda região mais violenta do país para as mulheres, atrás apenas da região Norte. Essa taxa representa uma redução em relação a 2012, quando era de 6,5 por 100 mil, conforme os dados estimados pelo Atlas da Violência (Cerqueira; Bueno, 2024, p. 37). Apesar da queda de 17% na taxa da região, a persistência de índices elevados aponta para a continuidade da violência letal de gênero, especialmente nas regiões Norte e Nordeste.

Comparando os dados do Maranhão com outros estados do Nordeste, observa-se que o estado apresentou uma taxa de homicídios de mulheres de 5,9 por 100 mil habitantes, superior à média regional de 5,4. O Ceará registrou 5,2, enquanto a Bahia teve uma taxa de 6,1 por 100 mil habitantes (Cerqueira; Bueno, 2024, p. 39). Esses dados destacam o Maranhão como um dos estados com alta letalidade de gênero, mesmo dentro de uma região já marcada por elevados índices de violência contra a mulher.

No Maranhão, a situação torna-se ainda mais preocupante quando se observa o recorte racial. A taxa de homicídios de mulheres negras aumentou 11,4% em 2022 em relação ao ano anterior. Além disso, a probabilidade de uma mulher negra ser assassinada no estado foi 61,5% maior do que a de mulheres não negras (Cerqueira; Bueno, 2024, p. 44). Isso evidencia o impacto profundo do racismo estrutural, que aprofunda a desigualdade racial na violência de gênero.

Lélia Gonzalez já denunciava, desde a década de 1980, como o racismo e o sexismo se entrelaçam na sociedade brasileira, relegando as mulheres negras a uma posição de extrema vulnerabilidade. Essa análise é aprofundada por Djamila Ribeiro, que afirma que "os corpos negros são alvos preferenciais de violência", ressaltando a urgência de políticas públicas que considerem essas opressões interseccionais (Ribeiro, 2017, p. 45).

Além dos homicídios, o Maranhão também apresenta altas taxas de registros de agressões contra mulheres. Em 2022, foram registrados aproximadamente 12.500 casos de agressões, o que corresponde a uma taxa de 380 casos por 100 mil habitantes, colocando o estado entre os três com as maiores taxas de violência contra mulheres no Nordeste (Cerqueira; Bueno, 2024, p. 41).

O objetivo deste estudo é compreender como se estrutura o atendimento a mulheres em situação de violência sexual na Casa da Mulher Maranhense, em Imperatriz/MA, a partir da observação do cotidiano institucional e da análise documental de fichas de atendimento registradas ao longo do ano de 2023. A pesquisa parte da vivência etnográfica no interior da Casa, acompanhando fluxos, interações e práticas de escuta, acolhimento e encaminhamento que compõem o percurso institucional dessas mulheres. Interessa aqui compreender como um serviço público estatal operam diante da violência sexual, não apenas em sua estrutura formal, mas também nas formas cotidianas de atuação, nos silêncios, nas mediações e nas presenças que se constroem entre profissionais e usuárias.

Ao longo da pesquisa, buscou-se observar de que modo essas práticas institucionais se organizam entre diferentes setores (como recepção, atendimento psicossocial, delegacia, CRAM, hospital e IML), quais trajetos são traçados pelas vítimas e como os registros produzidos no atendimento (especialmente as fichas) revelam tensões entre a formalização burocrática da denúncia e a complexidade da experiência vivida. A análise não se limita às estruturas, mas observa como o Estado age a partir de seus agentes — profissionais que mediam, escutam, orientam e, por vezes, também se afetam.

Ao articular essas dimensões, a pesquisa procura responder ao seguinte problema: Como se estrutura o atendimento a mulheres em situação de violência sexual na Casa da Mulher Maranhense em Imperatriz/MA, e quais sentidos e desafios emergem das práticas cotidianas de escuta, acolhimento e encaminhamento institucional? Trata-se, portanto, de uma tentativa de escutar o Estado em seus gestos cotidianos, não apenas em suas normas.

A escolha de uma abordagem local se justifica pela necessidade de apreender as especificidades do contexto imperatrizense, identificando os fatores socioeconômicos, culturais e institucionais que atravessam e moldam as formas de ocorrência e de resposta à violência contra a mulher. Ao abordar a violência sexual contra mulheres em Imperatriz, este estudo se propõe oferecer uma leitura crítica da realidade local, contribuindo para o fortalecimento das redes de proteção, fomentando um debate público mais qualificado e sensível à complexidade do tema (Pontes *et al.*, 2021, p. 191).

1.1 O fazer metodológico

Este estudo adota uma abordagem etnográfica com inspiração em Bronisław Malinowski (1978), centrada em técnicas como a observação participante, entrevistas semiestruturadas face a face, com uso de gravador de áudio e caderno de campo. O campo escolhido para a observação foi a Casa da Mulher Maranhense (CMM), localizada em Imperatriz (MA), que oferece serviços de apoio a mulheres em situação de violência. Esse serviço é pioneiro, sendo o primeiro a oferecer um atendimento multi-institucional fora da capital maranhense.

A abordagem etnográfica, conforme estabelecida por Malinowski (1978), permitirá uma visualização no campo de estudo, facilitando o levantamento de dados sobre as práticas

institucionais, a interação entre as profissionais e usuárias, além do fluxo de informações e documentos entre as diversas instâncias que compõem o sistema de atendimento da Casa. A etnografia oferece uma análise aprofundada das dinâmicas sociais e das experiências subjetivas, tanto das vítimas quanto dos profissionais, capturando nuances que outros métodos não abordariam (Geertz, 2017).

A observação participante foi adotada como o principal instrumento de levantamento de dados nesta pesquisa. Alinhada à proposta de Spradley (1980), essa abordagem permitiu que eu me inserisse no cotidiano do campo, acompanhando de forma direta as interações sociais em seu contexto real. Dessa imersão, emergiu a possibilidade de seguir de perto o percurso de mulheres em situação de violência sexual — desde a chegada à recepção até os encaminhamentos subsequentes nos serviços da Casa da Mulher Maranhense. Esse trajeto envolveu atendimentos de natureza jurídica, psicológica e social, oferecendo um panorama completo das dinâmicas vivenciadas por essas mulheres dentro dos sistemas legais de proteção à mulher.

Durante o processo de coleta de dados, mantive um diário de campo, onde registrei com atenção as interações, as observações e as impressões que surgiram no contato direto com o cotidiano da instituição (Angrosino, 2009). Esse registro foi fundamental em todas as etapas da pesquisa, pois me permitiu perceber padrões de atendimento, identificar falhas, ausências, esquecimentos, bem como mudanças e adaptações na aplicação das políticas públicas voltadas à proteção das mulheres. Além disso, utilizei como instrumento de pesquisa as fichas de atendimento da Casa da Mulher Maranhense, referentes ao ano de 2023, que ofereceram um material rico para a análise sistemática dos atendimentos e das dinâmicas institucionais envolvidas.

Em janeiro de 2025, realizei minha primeira visita ao campo acompanhada da minha orientadora, professora Maynara Costa. O primeiro contato com a instituição foi, para mim, inesperadamente acolhedor. Ao nos identificarmos na guarita com o que viria a se tornar uma saudação rotineira, “bom dia, somos as pesquisadoras da UFMA”, ultrapassamos aquele que seria o primeiro de muitos limites simbólicos do campo (Geertz, 1998). Já na entrada, ao passarmos pela porta de vidro, fomos abordadas por Carla, a Segurança, que nos saudou com a pergunta padrão direcionada a todas as mulheres que chegam à Casa: “Bom dia, em que posso lhe ajudar?”.

Após nos apresentarmos, fomos conduzidas a lateral à sala da Diretora da CMM que nos recebeu com cordialidade, leu os documentos e se colocou à disposição para colaborar com a pesquisa. Demonstrando entusiasmo quanto à proposta, Amanda, a Diretora da Casa, afirmou: "Que maravilha, quero que vocês compartilhem esses dados comigo no final. A Casa está à disposição de vocês!". Após uma breve apresentação sobre a missão institucional da Casa e o compromisso com a proteção das mulheres em situação de violência, bem como alguns relatos introdutórios de casos atendidos, a Diretora nos convidou a conhecer os espaços da Casa e suas profissionais. Fomos apresentadas a todos os departamentos, sempre acompanhadas por Amanda, que, em cada setor, reforçava nossa presença como pesquisadoras comprometidas com a escuta e o entendimento daquela realidade.

Optei por realizar entrevistas semiestruturadas como instrumento metodológico. A seleção das participantes ocorreu de forma gradual, a partir da convivência cotidiana construída ao longo dos cinco meses em que permaneci imersa no campo. No início da pesquisa, organizei minha presença na Casa da Mulher Maranhense em três dias da semana, priorizando as segundas, terças e sextas-feiras, por serem, segundo as próprias profissionais da recepção, os dias de maior fluxo de atendimentos. A partir do terceiro mês de observação, ajustei minha rotina para frequentar o campo preferencialmente às terças, quartas e quintas, o que permitiu acompanhar outras dinâmicas internas, menos visíveis nos dias mais movimentados. Além da proximidade estabelecida, a escolha das entrevistadas considerou a atuação direta nos atendimentos às mulheres vítimas de violência sexual, que constitui o foco desta pesquisa.

Além das entrevistas e conversas informais realizadas com as profissionais da Casa da Mulher Maranhense, a pesquisa se debruçou sobre um material documental de extrema densidade: as fichas de atendimento da recepção e do acolhimento e triagem, preenchidas ao longo do ano de 2023. Ao todo, foram 10.566 registros realizados naquele ano, dos quais 75 foram identificados como referentes à violência sexual. A análise documental dessas fichas constituiu um dos eixos centrais da pesquisa e exigiu um tipo de imersão distinta — silenciosa, repetitiva, e profundamente exigente do ponto de vista emocional.

Para dar conta dessa leitura, adotei estratégias muito concretas e, ao mesmo tempo, intensamente afetivas. Iniciei separando as fichas por mês, organizando blocos cronológicos para facilitar o processo. Em seguida, construí uma tabela de análise, na qual ia preenchendo

manualmente os campos principais: idade, cor, ocupação, escolaridade, vínculo com o agressor, entre outros dados presentes nas fichas.

No manuseio, a primeira ação era verificar se a tipologia da violência constava na parte frontal da ficha — muitas vezes marcada com um X pela recepcionista ou pela profissional do atendimento psicossocial. No entanto, em muitos casos, essa informação estava ausente ou imprecisa, sendo necessário recorrer ao relato descritivo escrito no verso da ficha, preenchido pela psicóloga ou assistente social que realizou a triagem. Esses relatos, mesmo sucintos, traziam sinais mais claros da ocorrência de violência sexual, o que exigia de mim atenção e, sobretudo, cuidado.

A leitura foi feita manual e individualmente, ficha por ficha. O processo durou um mês e meio, com dedicação de três dias por semana, oito horas por dia, fazendo pausas apenas para o almoço. Sentada diante de pilhas de papel, muitas vezes cansada de virar páginas, precisei lembrar a mim mesma que não estava apenas lidando com registros administrativos: estava, em alguma medida, passando por mulheres. Cada dado, cada lacuna, cada palavra escrita de forma apressada pela profissional, carregava uma história vivida e, frequentemente, sofrida. A escolha por esse tipo de leitura minuciosa, artesanal e solitária foi também um modo de respeitar a seriedade daquilo que se apresentava ali — não como número, mas como testemunho.

Foram entrevistadas, inicialmente, as profissionais da segurança, responsáveis pelo primeiro acolhimento das vítimas ao chegarem à instituição. São elas que realizam a escuta inicial, direcionando os encaminhamentos conforme a demanda expressa. Também entrevistei as recepcionistas, que fazem a triagem logo na entrada, e as assistentes sociais, responsáveis pelo acolhimento institucional e pelo preenchimento da ficha de atendimento, documento que se tornou uma das principais fontes de dados desta investigação. Além dessas interlocutoras, outras profissionais foram acionadas ao longo da pesquisa, como a juíza e as assistentes sociais da 1ª Vara, a Diretora da Casa, a psicóloga e a auxiliar de serviços gerais (ASG), cuja atuação cotidiana revelou-se fundamental para a mediação entre mim e as demais profissionais da Casa, contribuindo para a construção de vínculos e para a compreensão das dinâmicas internas da instituição.

No Quadro 1, relacionei as profissionais que atuaram como interlocutoras e se constituíram em fontes fundamentais para a compreensão de como se organiza, no cotidiano, um órgão estatal voltado ao atendimento e à proteção de mulheres vítimas de violência.

Atendendo ao desejo das participantes e com o objetivo de preservar suas identidades, optei por utilizar pseudônimos (Fonseca, 2007). A estrutura do quadro foi organizada a partir de algumas categorias: o nome atribuído à profissional (pseudônimo), o órgão em que atua, sua formação acadêmica, a função desempenhada e se é servidora ativa ou terceirizada da Casa da Mulher Maranhense.

Quadro 1: Profissionais da Casa da Mulher Maranhense Interlocutoras da pesquisa

Nome	Órgão	Formação	Função	Servidora Estadual	Terceirizada
Amanda	CMM	Direito	Diretora	X	
Brenda	CMM	Educação Física	Segurança		X
Carla	CMM	Ensino Médio	Segurança		X
Débora	CMM	Serviço Social	Assistente Social	X	
Ester	CMM	Serviço Social	Assistente Social	X	
Francisca	CMM	Serviço social	Assistente Social	X	
Gardênia	CMM	Serviços Gerais	Ensino Médio		X
Helena	CMM	Farmácia	Recepcionista	X	
Iara	CMM	Ensino Médio	Recepcionista	X	
Joana	CMM	Psicóloga	Acolhimento	X	
Laura	CMM	Psicóloga	Acolhimento	X	
Marta	TJ/MA	Direito	Delegada da DEM	X	
Neide	TJ/MA	Serviço Social	Assistente Social	X	
Petra	TJ/MA	Direito	Juíza	X	

Fonte: Autoria própria, 2025.

Foram entrevistadas dez interlocutoras. Dentre elas, sete são profissionais vinculadas diretamente à Casa da Mulher Maranhense, atuando em diferentes setores, da recepção ao pátio interno. Seis dessas profissionais estão envolvidas diretamente no atendimento e acolhimento de mulheres em situação de violência sexual, desempenhando funções essenciais no processo de escuta e encaminhamento.

Duas das interlocutoras são vinculadas ao Tribunal de Justiça do Maranhão, com atuação na 1ª Vara instalada dentro da Casa. A décima entrevistada é servidora pública estadual, exercendo a função de Delegada Titular da Delegacia Especial da Mulher (DEM), também sediada na instituição. Das dez profissionais ouvidas, oito são servidoras do Estado e duas integram empresas terceirizadas contratadas para prestar serviços à Casa.

1.2 Construindo a Casa da Mulher Maranhense

No plano normativo, a Convenção de Belém do Pará (1994), da Organização dos Estados Americanos (OEA), reconhece a violência contra a mulher como uma violação dos direitos humanos. O documento obriga os países signatários a adotarem políticas integradas para prevenir, punir e erradicar a violência. Estabelece que as mulheres têm direito a uma vida livre de violência, pública e privada (Art. 3º), e impõe aos Estados o dever de garantir acesso à justiça, suporte às vítimas e transformação das estruturas que legitimam a violência (Art. 7º). Ela inspirou diretamente a formulação da Lei Maria da Penha no Brasil.

No Brasil, esse compromisso internacional foi incorporado de forma mais concreta com a criação do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, lançado em 2007 no governo do Presidente Luiz Inacio Lula da Silva, pela Secretaria de Políticas para as Mulheres. O Pacto estabeleceu diretrizes para a atuação conjunta entre União, Estados e Municípios, promovendo ações integradas de prevenção, assistência, combate e garantia de direitos. Ele também visou fortalecer a rede de atendimento às mulheres em situação de violência, com a ampliação de serviços como delegacias especializadas e centros de referência.

A promulgação da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) representa um marco jurídico de proteção às mulheres. Seu artigo 7º, inciso III, define violência sexual como “qualquer conduta que a constranja a presenciar, manter ou participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força” (Brasil, 2006). A Lei reconhece diversas formas de violência, física, psicológica, sexual, patrimonial e moral, e estabelece medidas protetivas de urgência. Seu impacto, contudo, depende da atuação das instituições, como aponta Lia Zanotta Machado (2008), que destaca como a burocracia estatal frequentemente deslegitima as denúncias que não se encaixam no modelo da “vítima ideal”.

Paralelamente, em 2013, foi lançado o programa “Mulher: Viver sem Violência”, que teve como um dos seus principais eixos a criação da Casa da Mulher Brasileira, espaço integrado de serviços especializados de atendimento às mulheres em situação de violência. Essa política nacional buscou integrar diferentes setores, segurança pública, justiça, assistência social e saúde, em um mesmo local, visando facilitar o acolhimento e a resolução dos casos.

Embora cada estado tenha autonomia para a implementação de políticas próprias, a Casa da Mulher Maranhense está vinculada ao esforço de territorialização e ampliação dessa lógica

de atendimento. Nesse contexto, destaca-se também o programa estadual “Viva Mulher Maranhense”, que consolida ações voltadas à promoção da cidadania e ao enfrentamento à violência de gênero no Maranhão, articulando diferentes órgãos governamentais em estratégias de atendimento e prevenção. O Pacto e os programas “Mulher, Viver sem Violência” e “Viva Mulher Maranhense” refletem, juntos, o reconhecimento da violência contra a mulher como uma questão de política pública, exigindo atuação articulada entre diferentes níveis e setores do Estado.

A Casa da Mulher Maranhense surgiu como uma tecnologia de combate à violência contra mulher a nível estadual no Maranhão, que tem como objetivo implementar nos municípios de norte a sul do estado um serviço multi-institucional e humanizado. Esta Casa foi moldada seguindo o modelo da Casa da Mulher Brasileira.

A Casa da Mulher Brasileira foi instituída no âmbito do Programa “Mulher: Viver sem Violência”, por meio do Decreto nº 8.086 de 2013, pelo governo da então Presidenta Dilma Rousseff, com o objetivo de implementar em cada estado brasileiro um serviço que visa integrar em um só espaço as principais instituições que atendem mulheres em situação de vulnerabilidade social e econômica. Esse programa foi concebido para garantir um acolhimento humanizado e eficiente, com base nas diretrizes da Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha).

Em 2019, contudo, durante o governo do então presidente Jair Bolsonaro o programa foi reformulado e intitulado para “Programa Mulher Segura e Protegida” através do decreto nº 10.112/2019. Esse decreto significou uma mudança de nome, como também modificou a forma como os corpos femininos são compreendidos dentro do programa (Silva, 2022). Já em 2023, no governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva, o programa retomou seu nome e diretrizes originais, voltando a se chamar “Mulher: Viver sem Violência”.

São Luís, capital do estado do Maranhão, localizada na região nordeste do país, foi a primeira cidade da região a efetivar a implantação de uma unidade da Casa da Mulher Brasileira (CMB), em 2017. Sem cerimônia oficial de inauguração, a casa passou a ser ocupada pela Secretaria de Estado da Mulher (Silva, 2022). O funcionamento da unidade foi viabilizado inicialmente com recursos do Governo Estadual.

A CMB, em São Luís, é composta pelas seguintes instituições órgãos e instituições que atuam de forma integrada, sendo eles: Delegacia Especial da Mulher (24h); Defensoria Pública do Estado; Departamento de Feminicídio; Coordenadoria das Delegacias da Mulher do

Maranhão; Alojamento de Passagem; 2ª Vara Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de São Luís; Ministério Público do Estado; Patrulha Maria da Penha; Centro de Referência em Atendimento à Mulher em Situação de Violência (CRAMSV); e a Biblioteca Maria da Penha.

Inspirado nas ações e diretrizes da Casa da Mulher Brasileira (CMB), o Governo do Estado do Maranhão instituiu, por meio do Decreto nº 38.423 de 20 de julho de 2023, a política pública que institucionaliza a Casa da Mulher Maranhense (CMM). Imperatriz/MA foi a cidade escolhida para ter a primeira unidade de proteção à mulher implantada, tanto por ser a segunda maior cidade do Maranhão, quanto por ocupar a região tocantina.

Devido ao contexto da pandemia de COVID-19¹ A inauguração da Casa da Mulher Maranhense, ocorrida em 14 de agosto de 2020, foi realizada de forma mais restrita respeitando os protocolos sanitários da época. A Casa da Mulher Maranhense integra, em um único espaço, os principais serviços de proteção, acolhimento e defesa de mulheres em situação de violência, proporcionando atendimento humanizado e interinstitucional.

Os órgãos que compõem a CMM são: a Delegacia Especializada da Mulher (DEM), a Defensoria Pública, o Ministério Público (Promotoria), o Centro de Referência de Atendimento à Mulher (CRAM), a 1ª Vara de Medidas Protetivas, a 2ª Vara Especial de Violência Doméstica e Familiar, a Patrulha Maria da Penha, além de serviços de transporte, acolhimento e triagem, brinquedoteca e atendimento psicossocial.

Para estruturar esta pesquisa, organizei-a em três capítulos. No Capítulo 2, abordo as correntes teóricas que fundamentam os estudos de gênero a partir da década de 1960, até a contemporaneidade, com o objetivo de compreender como as teóricas passaram a discutir a violência sexual e de que forma esses estudos foram mobilizados ao longo do tempo.

No Capítulo 3, descrevo a estrutura e o cotidiano da Casa da Mulher Maranhense em Imperatriz, com base nas observações de campo realizadas ao longo da pesquisa. Apresento os diferentes órgãos que compõem o serviço estatal de proteção à mulher e como eles operam, em articulação, no atendimento às vítimas. Também reconstruo o itinerário percorrido por mulheres

¹ A pandemia de COVID-19, causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, teve início em 2019 e se espalhou globalmente a partir de 2020, provocando uma crise sanitária, social e econômica sem precedentes, com milhões de mortes e impactos profundos na organização das sociedades.

em situação de violência sexual, dentro e fora da Casa, a partir dos encaminhamentos institucionais observados.

Por fim, no Capítulo 4, examino as fichas de recepção e atendimento psicossocial da Casa da Mulher Maranhense, com foco nos registros de violência sexual ocorridos no ano de 2023. Para compreender o perfil das mulheres atendidas, organizei os dados em gráficos, a partir de variáveis como faixa etária, ocupação, cor/raça e vínculo com o autor da violência. A análise foi orientada por uma perspectiva interseccional, permitindo identificar como gênero, raça e classe se articulam na produção da vulnerabilidade. Destaco também, três fichas que marcaram a trajetória da pesquisa — histórias que, mesmo no papel, carregavam rostos, pausas e silêncios.

2 VIOLÊNCIA SEXUAL: Leituras de Ontem e de Hoje

*Maria, Maria, é o som, é a cor, é o suor
É a dose mais forte e lenta
De uma gente que ri quando deve chorar
E não vive, apenas aguenta
(Milton Nascimento)*

Neste capítulo, busco compreendo a violência sexual como uma categoria analítica, a partir de uma dimensão histórica, simbólica e institucional (Scott, 1995). A partir de uma perspectiva etnográfica, ancorada na experiência de pesquisa na Casa da Mulher Maranhense, articulo os referenciais teóricos internacionais e nacionais que contribuíram para a construção do campo de estudos sobre a violência de gênero desde a década de 1960 até os dias atuais. A estrutura deste capítulo organiza-se em duas grandes seções: as autoras de fora e as autoras de dentro, em diálogo com as convenções internacionais e legislações brasileiras que estabelecem tratamento específico para os casos de violência contra mulher.

De acordo com a Declaração sobre a Eliminação da Violência contra a Mulher (ONU, 1993), a violência sexual é compreendida como “qualquer ato de violência baseado no gênero que resulte, ou possa resultar, em dano físico, sexual ou psicológico para a mulher, inclusive ameaças, coerção ou privação arbitrária da liberdade, tanto na vida pública quanto na vida privada”. Essa definição amplia o entendimento da violência para além do ato físico, abrangendo as dimensões simbólica, psíquica e social.

Maria Cecília Minayo (2006) observa que a violência sexual compromete a autoestima, a dignidade e o sentimento de pertencimento da mulher ao seu corpo. Para Lia Zanotta Machado (2008), trata-se de uma estratégia de dominação que instrumentaliza o sexo como poder. A violência sexual, nesses termos, pode ser compreendida como uma forma de “morte social”, pois rompe os vínculos de confiança, expulsa a vítima de seus espaços simbólicos de pertencimento e, muitas vezes, silencia sua voz nos espaços institucionais.

Outras autoras também contribuíram para o aprofundamento da compreensão da violência sexual como fenômeno relacional e estrutural. Carol Pateman (1988), ao discutir o contrato sexual, argumenta que a sociedade moderna se estrutura a partir de pactos que naturalizam o acesso masculino ao corpo das mulheres, tornando o domínio sexual uma extensão do poder patriarcal. Catharine MacKinnon (1989), por sua vez, analisa o papel do

direito na manutenção das desigualdades de gênero, destacando que as normas jurídicas frequentemente reproduzem as hierarquias de poder que pretendem combater.

2.1 Autoras de fora: Dos anos 1960 aos debates Contemporâneos

A contribuição de Simone de Beauvoir, com a publicação de “*O Segundo Sexo*” em 1949 (trad. 1980), marca o ponto de partida para a compreensão do gênero como uma construção social. Beauvoir afirma que “não se nasce mulher, torna-se mulher” (Beauvoir, 1980, p. 9), indicando que as normas sociais moldam e impõem papéis de gênero.

Nos anos 1970, Gayle Rubin (1975) propõe uma análise estrutural da opressão de gênero ao cunhar o conceito de sistema sexo/gênero. Em seu artigo “*O Tráfico de Mulheres*”, Rubin critica as abordagens marxistas e psicanalíticas tradicionais por não explicarem satisfatoriamente a opressão das mulheres. Retomando a antropologia estruturalista de Lévi-Strauss, Rubin afirma que os sistemas de parentesco institucionalizam a subordinação feminina ao transformar mulheres em objetos de troca entre homens. A opressão das mulheres não é um subproduto do capitalismo, mas um sistema autônomo que articula cultura, parentesco e sexualidade. A autora defende que a libertação das mulheres passa pela ruptura com o sistema sexo/gênero enquanto norma reguladora.

Enquanto Gayle Rubin (1980) analisa como o sistema sexo/gênero organiza a opressão das mulheres a partir de normas que regulam a sexualidade, a reprodução e o parentesco, Kimberlé Crenshaw (1989) amplia essa discussão ao evidenciar que as experiências de opressão não se dão de forma homogênea, sendo atravessadas por marcadores como raça e classe social. A autora define que “a interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação” (Crenshaw, 2002, p. 177), Crenshaw argumenta que a análise de estruturas de dominação deve considerar múltiplas categorias como “raça”, “classe” e “gênero”, que se articulam simultaneamente na produção de desigualdades. A ausência dessa perspectiva interseccional nos discursos jurídicos e nas políticas públicas resulta na exclusão de mulheres cujas experiências não se encaixam nas categorias analíticas tradicionais, limitando o reconhecimento de suas necessidades específicas (Crenshaw, 1989).

Bell Hooks, por sua vez, ressalta que a opressão vivida por mulheres negras não pode ser compreendida fora da articulação entre racismo, sexismo e desigualdade social. A autora critica o feminismo tradicional por assumir a experiência das mulheres brancas como universal e, com isso, marginalizar outras vivências. Para Hooks (2014), o enfrentamento da violência exige um olhar que reconheça as múltiplas formas de dominação que incidem simultaneamente sobre corpos racializados e empobrecidos, especialmente no contexto da violência doméstica e sexual.

Judith Butler, em sua obra seminal *“Problemas de Gênero”* (1990), rompe com concepções essencialistas ao propor a teoria da performatividade de gênero. O gênero não é uma expressão natural ou estável da identidade, mas uma construção social reiterada por meio de práticas discursivas e corporais. Logo, na visão de Butler, o gênero é constituído por atos repetitivos que se tornam inteligíveis dentro de um regime normativo que regula o que pode ou não ser reconhecido como masculino ou feminino. Ao deslocar o gênero de uma essência para uma prática performativa, a autora evidencia como a identidade de gênero é sempre contingente e sujeita a normas que operam no nível do corpo, da linguagem e da vida social (Butler, 1990).

Mais adiante, em *“Desfazendo o Gênero”* (2004), Butler aprofunda sua crítica às normas de inteligibilidade que moldam as políticas de reconhecimento que tornam uma vida viável. Ela argumenta que apenas certos corpos são reconhecidos como “vivíveis” e dignos de luto, proteção ou cuidado, ou seja, aqueles que se ajustam às expectativas hegemônicas de gênero, sexualidade e raça. Nesse sentido, os que escapam a essas normas, como os corpos de pessoas trans, negras, pobres, usuárias de drogas ou com expressões de gênero dissidentes, enfrentam processos de deslegitimação (Butler, 2004). Logo, a violência é um compósito da *bios* e da política.

Se, na biopolítica Michel Foucault (2008) indica que o poder se volta à administração e otimização da vida. Em justaposição, a necropolítica revela um passo além: a organização do poder a partir da produção e da exposição à morte. É nesse deslocamento que Achille Mbembe (2003), ao cunhar o conceito de “necropolítica” aprofunda a crítica iniciada por Foucault, ao demonstrar como o exercício da soberania, em contextos coloniais e contemporâneos, passa a se realizar por meio da autorização e da legitimação da morte. O autor define a soberania como a “capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer” (Mbembe, 2016, p. 123).

Nessa lógica, a necropolítica revela a forma como certos corpos são relegados a condições de existência marcadas pela exposição contínua à violência, ao abandono ou à eliminação. Mbembe afirma que “a necropolítica é o exercício contemporâneo do poder como capacidade de matar, deixar viver ou expor à morte” (Mbembe, 2016, p. 126). Essa forma de governar afeta diretamente populações que compõem as margens, consideradas descartáveis, cuja vida não é reconhecida como viável.

Veena Das e Deborah Poole (2008) discutem o funcionamento do Estado a partir de suas margens, ou seja, dos espaços e situações em que a presença estatal não se apresenta de forma formalizada, mas é mediada por relações de poder cotidianas, muitas vezes informais, ambíguas e violentas. Para as autoras, o Estado não é uma entidade abstrata que age de modo uniforme, mas é construído por meio de suas práticas locais, institucionais e interações concretas com os sujeitos.

Nessas margens, o Estado pode operar tanto como agente de proteção quanto de dominação, reproduzindo desigualdades sociais, raciais e de gênero. A violência institucional, nesse contexto, não é um desvio ou falha do sistema, mas parte constitutiva da forma como o poder estatal se organiza e se manifesta nos territórios. Essa perspectiva é fundamental para entender como instituições voltadas ao atendimento de mulheres em situação de violência, como delegacias especializadas ou centros de referência, podem simultaneamente acolher e deslegitimar as denúncias, dependendo das interseccionalidades que as usuárias carregam e das dinâmicas locais de funcionamento burocrático e dos aspectos morais que compõe o serviço e as servidoras (Das; Poole, 2008).

2.2 Autoras de dentro: Gênero, Estado e Produção da Violência

A construção do campo de estudos sobre violência sexual no Brasil deve ser lida à luz da produção de intelectuais que, desde os anos 1980, vêm problematizando a estrutura racista, sexista e classista da sociedade brasileira. Lélia Gonzalez (1984), uma das precursoras do pensamento feminista negro no país, introduziu o conceito de “amefricanidade” para refletir sobre a vivência das mulheres negras na América Latina. Gonzalez (1984), denuncia que o racismo e o sexismo não são experiências isoladas, mas mutuamente constitutivas, atravessando

de forma particular a vida das mulheres negras. Essa intersecção define os corpos considerados socialmente vulneráveis e, não raro, desautorizados a ocupar o lugar de vítimas legítimas.

Em sua abordagem marxista-feminista, Heleieth Saffioti (1997), articula gênero, classe e raça para explicar a violência sexual como um mecanismo estrutural de controle social. O Estado desempenha um papel na reprodução da desigualdade ao manter políticas públicas que não enfrentam as raízes materiais da opressão. Saffioti insere o estupro e o assédio como dispositivos de poder que reforçam a subordinação feminina em contextos atravessados pela precarização e pela desigualdade econômica.

Na década seguinte, Sueli Carneiro (2003) elabora a noção de epistemicídio para denunciar a exclusão histórica dos saberes e experiências das mulheres negras dos espaços acadêmicos e institucionais. Para a autora, essa invisibilidade epistêmica está diretamente relacionada à omissão do Estado diante da violência que incide sobre essas mulheres. Sueli Carneiro (2003), argumenta que o racismo opera como uma lógica fundante das relações sociais brasileiras, sendo parte constitutiva das instituições jurídicas, policiais e de assistência. Assim, compreender a violência sexual no Brasil exige incluir uma análise racializada e descolonial.

Entender a violência sexual, é compreender que ela deixa marcas visíveis e invisíveis. Maria Cecília Minayo (2006) contribui com uma abordagem voltada aos efeitos da violência sobre a saúde física e psíquica das mulheres. Minayo destaca que a violência sexual deixa marcas duradouras nas subjetividades das vítimas, comprometendo seu senso de dignidade, autonomia e pertencimento social. São necessárias políticas públicas intersetoriais que acolham essas múltiplas dimensões do sofrimento (Minayo, 2006).

Minayo evidencia que o enfrentamento da violência sexual exige a articulação entre prevenção, acolhimento e responsabilização dos agressores, sem desconsiderar os determinantes sociais que produzem e reproduzem essas violências. “O que mais provoca sofrimento às mulheres são as lesões e traumas de que são vítimas nas interações cotidianas e naturalizadas” (Minayo, 2006, p. 96). Diante disso, Minayo defende a formulação de políticas públicas intersetoriais que abordem de forma integrada as múltiplas dimensões do sofrimento causado pela violência.

As dinâmicas institucionais que regulam o acesso das mulheres à justiça têm sido atravessadas por mecanismos sutis de silenciamento e normalização da violência. Em suas análises, Debert e Gregori (2008) problematizam a forma como os dispositivos legais e

administrativos exigem que os relatos de violência se encaixem em categorias previamente instituídas, o que frequentemente implica a exclusão de elementos fundamentais da experiência vivida pelas mulheres. As denúncias, ao serem transcritas e interpretadas sob a lógica da burocracia jurídica, acabam sendo despolitizadas e descontextualizadas.

Como observam as autoras, “casos como violência sexual em relações conjugais, assédio sexual, discriminação sexual ou ainda, violência psicológica, não encontravam guarida no tratamento institucional” (Debert; Gregori, 2008, p. 169). A tradução da violência para o vocabulário do direito penal não apenas limita sua inteligibilidade, como também reforça prescrições normativas sobre o comportamento feminino considerado legítimo ou desviante. Nesse processo, o sistema de justiça tende a reafirmar padrões patriarcais e desigualdades de gênero, ao passo que desqualifica experiências que escapam ao modelo de vítima ideal, silenciosa, passiva e moralmente íntegra.

Maria Filomena Gregori tem insistido na crítica à centralidade da queixa como única via institucionalmente legítima para que as mulheres tornem públicas as violências sofridas. Em suas análises, a autora destaca que o dispositivo da denúncia, longe de ser neutro, está atravessado por normas implícitas de reconhecimento e validação institucional. Nesse sentido, não basta relatar a violência: é preciso que a narrativa da vítima obedeça a uma determinada performance discursiva, capaz de legitimar sua dor segundo parâmetros instituídos socialmente. Como afirma Gregori, “a queixa deve ser eloquente e essa exigência implica um esforço constante de afirmar a singularidade do sofrimento vivido” (Gregori, 2012, p. 192).

A exigência de eloquência, compreendida como uma espécie de linguagem pública do sofrimento, revela não apenas os limites da escuta institucional, mas também o risco de silenciamento de experiências que não se conformam aos modelos esperados de enunciação da dor. Assim, a queixa, ao invés de ser um canal de emancipação, pode funcionar como um dispositivo disciplinador, que normaliza as experiências do sofrimento feminino e condiciona seu reconhecimento ao cumprimento de formas específicas de narrativa. Gregori (2012) chama atenção para o fato de que, ao reduzir a expressão da violência à formalidade da queixa, corre-se o risco de despolitizar o conflito, transformando a complexidade das relações marcadas por gênero, classe, raça e geração, em casos individuais desprovidos de historicidade e estrutura.

Carla Akotirene (2019), retomando a tradição do feminismo negro, propõe uma crítica contundente à universalização das políticas públicas. A autora afirma que políticas neutras do

ponto de vista racial e de classe perpetuam a exclusão das mulheres negras. Akotirene reforça que a interseccionalidade não pode ser apenas uma diretriz discursiva, mas uma ferramenta concreta para reconfigurar as práticas institucionais de acolhimento, escuta e reparação.

Pesquisas recentes realizadas no Maranhão também contribuem de forma significativa para aprofundar a compreensão da violência sexual em contextos locais marcados por desigualdades históricas. Amanda Ribeiro Bezerra (2021) ao analisar a distribuição socioespacial da violência contra a mulher em São Luís entre 2008 e 2019, evidencia que os bairros periféricos apresentam os maiores índices de violência física e sexual. Para a autora, esses dados demonstram como a segregação urbana e as desigualdades socioeconômicas produzem territórios de maior vulnerabilidade à violência de gênero, revelando que a política pública precisa estar atenta às assimetrias territoriais no desenho de estratégias de prevenção e proteção.

Maynara Costa de Oliveira Silva (2022), em sua tese de Doutorado intitulada “Cada casa é um caso: uma etnografia da Casa da Mulher Brasileira de São Luís – MA”, apresenta uma investigação etnográfica sobre os modos como uma institucionalidade de acolhimento é construída, vivenciada e negociada por usuárias e profissionais. A autora descreve o cotidiano desses espaços, evidenciando que as categorias de “crime”, “violência” e “vítima” não são meramente aplicadas, mas também produzidas por meio de práticas, discursos e documentos oficiais. Mostra assim que, apesar da retórica de acolhimento e cuidado, as interações cotidianas carregam uma função regulatória, onde a produção de relatórios, e fichas gera tanto reconhecimento quanto exclusão. Silva destaca ainda que essas dinâmicas institucionais devem ser entendidas como sede de fluxos de poder, nos quais cada procedimento corresponde a decisões sobre quem recebe atenção, quem aguarda e quem, em última instância, permanece invisível (Silva, 2022).

Luziane Ponciano Gama, em sua dissertação de mestrado intitulada “Em casa foi pior”: experiências e narrativas de mulheres vítimas de violência durante a pandemia de Covid-19 em Imperatriz-MA (2022), investiga como o contexto pandêmico agravou situações de violência doméstica, especialmente no interior das casas, espaço que deveria representar refúgio, mas que, para muitas mulheres, tornou-se ambiente de ameaça constante. A partir de entrevistas com vítimas e da análise da rede de atendimento no município, Gama (2023) evidencia as dificuldades de acesso aos serviços, a sobrecarga emocional das mulheres e os silêncios

produzidos em nome da proteção familiar. Sua pesquisa contribui de forma significativa para a compreensão das dinâmicas locais da violência em Imperatriz, ao iluminar as especificidades territoriais, institucionais e subjetivas que atravessam o enfrentamento da violência de gênero no Maranhão.

Palloma Silva (2023), em sua dissertação intitulada *“Todas são Marias?”*, discute os limites da Casa da Mulher Brasileira de São Luís no atendimento a mulheres trans e travestis. A autora demonstra, com base em entrevistas e análise documental, que a instituição ainda opera sob uma lógica cis normativa, dificultando o reconhecimento institucional da violência sofrida por essas usuárias. Ao afirmar que “o nome Maria ainda não cabe a todas”, Silva (2023) problematiza as barreiras simbólicas e práticas que impedem o acesso integral a direitos por parte das mulheres trans. Sua análise revela o quanto o enfrentamento à violência de gênero precisa ser interseccional, atento à diversidade das identidades e experiências de gênero.

Essas leituras ampliam a compreensão da violência sexual como fenômeno estrutural e relacional (Debert; Gregori, 2008). Ao mobilizar esse referencial teórico e empírico, conclui-se que a violência sexual não é um desvio, mas um componente estrutural de sistemas de poder que organizam a vida social e institucional. Enfrentá-la exige mais do que legislação: exige escuta, reconhecimento e transformação nas práticas institucionais cotidianas.

3 DA GUARITA AO GABINETE: espaço, cotidiano e itinerário estatal

*Mas é preciso ter força, é preciso ter raça
É preciso ter gana sempre
Quem traz no corpo a marca, Maria, Maria
Mistura a dor e a alegria
(Milton Nascimento)*

Este capítulo tem como objetivo apresentar a dinâmica institucional e o cotidiano da Casa da Mulher Maranhense (CMM), com base nas observações de campo realizadas ao longo de cinco meses de pesquisa etnográfica. O capítulo está dividido em duas partes: na primeira, descrevo os órgãos que compõem a Casa e suas funções; na segunda, reconstruo o itinerário das mulheres vítimas de violência sexual, acompanhando os fluxos, encaminhamentos e interações institucionais. Ao narrar essas experiências, o que se pretende é compreender não apenas o funcionamento técnico da rede de atendimento, mas os atravessamentos cotidianos que marcam o encontro entre as vítimas e o Estado.

A Casa da Mulher Maranhense (CMM), está situada na Avenida São Sebastião, no bairro Vila Redenção, com acesso principal pela Avenida Pedro Neiva de Santana, uma das principais vias de entrada e saída de Imperatriz, que conecta o município a cidades vizinhas. Embora não esteja localizada no centro urbano, a região é considerada estratégica dentro da malha urbana, em função de sua articulação com fluxos metropolitanos. Compreender sua localização geográfica e suas implicações é essencial para compreender os processos e fazeres do cotidiano do estatal.

Apesar dessa aparente facilidade de acesso, o entorno da Casa apresenta desafios que afetam diretamente o deslocamento de mulheres vítimas e profissionais. Próximo ao prédio institucional tem um riacho que, em períodos de chuva intensa, transborda e inunda parte da via, tornando-a intransitável. Nesses momentos, o caminho até a Casa precisa ser redirecionado para ruas adjacentes, as quais nem todas são pavimentadas.

Em minhas caminhadas rumo à Casa da Mulher Maranhense, ficou evidente a ausência de uma linha de ônibus que desembarcasse as mulheres na porta do serviço. A parada mais próxima situa-se na Avenida Pedro Neiva de Santana, a cerca de um quilômetro de distância, tornando imprescindível um trajeto a pé ou a busca por transportes informais. Em uma das observações, ao notar a dificuldade de acesso mesmo para quem possuía veículo, questionei uma das assistentes sociais, Francisca, como as mulheres conseguiam chegar até a Casa. Ela

sorriu com a familiaridade de quem já ouviu aquela pergunta muitas vezes e comentou “elas vêm de mototáxi, todos eles já sabem onde fica a Casa”. A resposta, indica que existe uma rede informal de transporte que se constituiu como aliada no acesso ao serviço, como também revela a criatividade cotidiana para driblar a falta de integração ao transporte público, isso reflete o peso das distâncias sociais e urbanas que as mulheres percorrem para acessar acolhimento.

3.1 Passagens institucionais: a primeira porta

Compreender o cotidiano de um serviço público voltado à proteção de mulheres em situação de violência implica mergulhar nas práticas rotineiras que configuram sua atuação institucional. Essas práticas se expressam nos protocolos formais, nas interações entre profissionais e usuárias, na estética da recepção, nos silêncios e nas repetições que se estabelecem no dia a dia da instituição. Os espaços institucionais acolhem sujeitos, como também os moldam, e classificam, por meio de rotinas que são, muitas vezes, invisíveis para quem as executa.

Em minhas idas à Casa da Mulher Maranhense, percebi que cruzar seu limiar não é apenas uma travessia física, mas também simbólica. Para acessar o prédio principal, é necessário passar pela guarita, ali estão dois seguranças — que cumprimentam quem chega, de forma quase ensaiada, desarmados de interrogatórios. Como explicou Brenda, que faz parte da equipe de segurança terceirizada, “o nosso treinamento é para acolher todas as mulheres e logo direcioná-las para a Casa, sem fazer muitas perguntas”. Essas palavras me roubaram um sorriso: naquele gesto discreto de acolhida, revelava-se o pacto institucional de amparo imediato — uma escuta silenciosa e atenta, que, embora guarde vigilância silenciosa e constante, pretende apagar o peso do primeiro obstáculo para quem busca refúgio.

Após receber o aval dos primeiros seguranças, caminho em direção ao edifício que abriga a Casa. Ao atravessar a porta de vidro, limite material que marca a entrada formal na Casa, sou recebida na recepção pela terceira segurança, Carla. Ela é a responsável por anunciar a travessia, e repete seu ritual matinal — “Bom dia, em que posso lhe ajudar?”. A frase, embora protocolar, carrega em si uma função organizadora das interações, além de orientar todo o fluxo de visitantes. A entrada é condicionada à identificação da demanda como um caso de violência contra mulher.

A recepção é organizada à direita da porta de entrada da Casa. Ao acessar vemos cadeiras vermelhas, de plástico, marcadas pelo uso e pelo tempo, alinham-se discretamente, remetendo às salas de espera de repartições públicas. À guichês de atendimento ergueram-se como pequenas fortalezas de escuta, onde recepcionistas colhem, em uma primeira conversa, as demandas que ali chegam. Em seguida, inicia-se o preenchimento da ficha de atendimento, documento que registra informações pessoais da usuária e a tipologia da violência relatada naquele momento. Esse procedimento, embora simples à primeira vista, marca o início de um percurso institucional de forma silenciosa, o enquadramento da experiência vivida dentro de categorias previamente definidas pela lógica do atendimento público (Debert; Gregori, 2008).

Após esse primeiro atendimento, a mulher é autorizada a prosseguir aos demais órgãos que constituem a Casa da Mulher Maranhense (CMM). Para isso deverá passar pelo detector de metais, localizado logo em frente à porta de vidro. Ali, ela deposita chaves, celulares e outros objetos metálicos — um breve despir-se simbólico. A sobriedade funcional desse espaço me surpreendeu, escapa das imagens construídas a partir das descrições da Casa da Mulher Brasileira (Silva, 2022, p. 49).

A expectativa de um ambiente acolhedor, com sofás lilás, mesas laterais com revistas e flores — uma ambientação quase doméstica. Em vez disso, vi cadeiras vermelhas alinhadas em filas rígidas, três guichês de atendimento e, ao fundo, uma parede roxa, onde uma televisão permanecia silenciosa, desligada. A cena lembrava mais o ritmo monocórdio de um departamento de trânsito ou de um cartório civil do que o aconchego de um lar. Essa ambientação, marcada por códigos de formalidade e controle, gera um contraste com a ideia de “casa”, termo que, embora carregado de sentidos de acolhimento e proteção, se materializa dentro de uma lógica estatal de atendimento.

Nas minhas visitas ao campo sempre sentei nas últimas cadeiras da segunda fileira, de frente para a recepção, e ao lado da porta de vidro, eu tinha uma visão ampla da circulação: era possível ver quem chegava, quem esperava e quem era atendida. Dali, meu olhar alcançava cada movimento: a chegada apressada de quem entrava, as expressões contidas de quem aguardava, o vaivém discreto das servidoras atrás do balcão. Naquele ponto de observação — aparentemente neutro — percebi a coreografia do espaço: camadas visíveis e invisíveis de formalidade e vigilância que orientavam, às vezes limitavam, o acolhimento oferecido a cada mulher que atravessava aquelas portas.

A recepção tornou-se, ao longo da permanência no campo, o ponto de observação privilegiado desta etnografia. Foi nesse espaço que se deram os primeiros vínculos, os diálogos informais e as escutas mais espontâneas, não apenas com as profissionais, mas também com as mulheres que ali aguardavam atendimento. Ao indagar às recepcionistas quais eram os dias de maior movimento na Casa, a resposta era quase sempre a mesma: segundas, terças e sextas-feiras. Assim, passei a organizar minha presença conforme essa dinâmica, chegando nos primeiros horários da manhã de segunda-feira. Sentava-me, então, em um dos cantos da recepção, apelidado pelas minhas interlocutoras de “o cantinho da Ana”, abria meu diário de campo e me preparava para acompanhar os gestos, os silêncios e as rotinas que, dia após dia, davam forma ao funcionamento da instituição.

Era segunda-feira, 10 de fevereiro de 2025, por volta das 9h, quando Ana Paula atravessou a recepção. Negra, de estatura mediana, seus cabelos pretos e cacheados balançavam suavemente a cada passo contido. Ana Paula aparentava ter 25 anos, estava grávida, já no início do terceiro trimestre, trazia no corpo marcas visíveis de violência. Nos braços, marcas de arranhões denunciavam conflitos recentes, e um hematoma circundava o olho esquerdo, como se a pele apontasse silenciosamente para uma história de dor. O que mais impressionava não era o corpo marcado que ela carregava, no entanto, era sua forma de falar, com a voz baixa, retraída, como se suas palavras fossem pesadas demais para serem pronunciadas, um misto de cansaço e alerta. Era difícil até para a recepcionista compreendê-la. Havia ali uma contenção que não era apenas sonora: ela parecia carregar, na maneira como falava, um tipo de vergonha que não lhe pertencia, mas que se impunha como efeito direto da violência sofrida (Minayo, 2006).

Ao atravessar a porta de vidro, Ana Paula iniciava o que, naquele espaço, se configura como o primeiro passo de uma longa peregrinação burocrática (Silva, 2022). Após o preenchimento da ficha na recepção, passou pelo detector de metais, virou à direita em direção à sala lateral, destinada ao acolhimento e à triagem inicial. Esse ambiente com poltronas vermelhas, reservado e silencioso, é o espaço onde acontece a primeira escuta, conduzida por uma assistente social ou psicóloga da Casa, é onde se dá início à organização narrativa da experiência de violência. Mais do que ouvir, ali se orienta, o que precisa ser dito, como deve ser relatado, e o que será compreendido como “crime” pela autoridade policial.

Em uma das conversas durante a observação, ao perguntar sobre como se constrói o relato que é registrado na ficha de acolhimento, Francisca, assistentes sociais, explicou com franqueza “olha, às vezes é necessário orientar a mulher, pois elas não falam em ordem cronológica. É preciso ficar voltando o tempo todo para aquilo que é o crime. Pois, na delegacia, o que importa é o crime. Então eu sempre fico ‘senhora, vamos voltar aos fatos’”. A fala de Francisca revela uma tensão constante entre o acolhimento e a necessidade de enquadramento jurídico da narrativa. O que se espera ali não é apenas um relato livre da dor, mas uma construção ordenada, coerente e juridicamente funcional, capaz de atravessar os corredores da delegacia e transformar-se em boletim, inquérito e processo.

Após essa primeira escuta realizada pelas assistentes sociais ou psicólogas da Casa, as profissionais definem os encaminhamentos mais adequados, o que inclui, em todos os casos de violência sexual, a condução da assistida à Delegacia Especial da Mulher (DEM), localizada no mesmo prédio. Ali, o relato já parcialmente estruturado na triagem e acolhimento, é convertido em registro oficial, e o que antes era experiência subjetiva passa a ser tratado como objeto jurídico-formal. Essa transição marca uma inflexão importante no itinerário das mulheres, pois é quando o sofrimento começa a ser submetido ao crivo da verificação e da prova, dando início ao processo legal de responsabilização.

A Delegacia Especial da Mulher (DEM), localizada no interior da Casa da Mulher Maranhense, ocupa uma posição central no itinerário de atendimento das mulheres em situação de violência, pois o primeiro encaminhamento após sair da sala de acolhimento e triagem, é a DEM. Sua entrada se dá por uma porta lateral, distinta daquela da recepção principal, o que, de certa forma, reforça a separação simbólica entre acolhimento e formalização. O ambiente interno é dividido em três espaços principais: a sala da delegada titular, a sala das escrivães e investigadoras, e uma ante sala com cadeiras pretas, onde as mulheres aguardam para serem chamadas. O espaço é funcional e austero, com poucas sinalizações afetivas. O silêncio é predominante, interrompido apenas pelo som de portas se abrindo, pelo tilintar dos teclados.

Após a delegacia, a mulher pode ser encaminhada à Defensoria Pública, órgão responsável por atender prioritariamente mulheres em situação de vulnerabilidade financeira e social que não podem custear assistência jurídica particular. Nessa sala, as Defensoras orientam quanto aos direitos legais, explicam o funcionamento das medidas protetivas e acompanham o ajuizamento de ações de guarda, alimentos, divórcio e outras demandas derivadas da situação

de violência. O contato, ainda que breve, cumpre papel central na formalização do vínculo da mulher com o sistema de justiça.

Próximo à Defensoria está localizado Ministério Público (Promotoria), representado na Casa por promotoras de justiça especializadas em violência doméstica e familiar. O órgão tem como função típica defender a ordem jurídica, direitos sociais e individuais indisponíveis. Dentro da Casa, ele é responsável por acompanhar os inquéritos e ações penais em andamento, fiscalizar a aplicação das medidas protetivas e, em alguns casos, atuar preventivamente em situações de risco iminente à vida de mulheres. Embora nem todas as assistidas tenham contato direto com esse órgão, sua atuação sustenta uma parte importante da engrenagem jurídica da Casa.

A depender do encaminhamento, o percurso pode levar a mulher até a 1ª Vara de Medidas Protetivas, responsável pela análise dos pedidos urgentes de afastamento do agressor, medida muitas vezes solicitada ainda no mesmo dia da chegada à Casa. O funcionamento da vara se articula diretamente com a equipe da delegacia, da recepção e da Defensoria, compondo um fluxo célere para situações classificadas como de risco imediato.

A 2ª Vara Especial de Violência Doméstica e Familiar atua no processamento judicial dos casos de violência que já ultrapassaram a fase inicial de acolhimento e encaminhamento. Sua estrutura está voltada para o acompanhamento formal das ações penais e cíveis decorrentes da violência doméstica, como audiências de instrução, produção de provas, oitivas e sentenças. A lógica que rege esse setor é processual e formalizada. Ao contrário dos primeiros atendimentos, realizados de forma mais imediata e escutada, a dinâmica da Vara exige a adaptação da narrativa da violência ao tempo e à linguagem do processo judicial, ou seja, ela é marcada por prazos, despachos, decisões e sentenças

Após esse percurso judicial, algumas mulheres retornam ao atendimento continuado no Centro de Referência de Atendimento à Mulher (CRAM), cuja atuação é marcada por um trabalho mais prolongado. O CRAM se encarrega de acompanhar as demandas que não se encerram com o boletim de ocorrência ou com a medida protetiva, oferecendo apoio psicossocial e encaminhamentos para serviços de saúde, educação e inclusão. Diferente de outros setores mais formais, o CRAM é construído sobre a lógica da permanência e da reconstrução, funcionando como uma ponte entre o imediato e o cotidiano.

No centro da Casa, a brinquedoteca oferece um espaço acolhedor, para mulheres que chegam acompanhadas de crianças. O espaço conta com brinquedos, uma estante de livros e uma poltrona de amamentação, permitindo o cuidado com os filhos, oferecendo algum conforto para mães que muitas vezes precisam conciliar a denúncia com o cuidado cotidiano. A presença desse ambiente revela uma sensibilidade institucional à realidade de muitas das mulheres, que chegam com os filhos e precisam transitar por diversas etapas do atendimento sem deixá-los sozinhos.

Localizada na parte externa da Casa, após a guarita, encontra-se a sala da Patrulha Maria da Penha, pequena e anexa à estrutura principal. A patrulha, composta por policiais militares, é responsável por fiscalizar o cumprimento das medidas protetivas expedidas pelas varas. Sua atuação ocorre em visitas domiciliares e ações de verificação, funcionando como uma extensão da Casa nos territórios. Por estar fisicamente afastada dos demais setores, sua presença se destaca como ponto de articulação entre o espaço institucional e o espaço urbano.

A Casa também conta com um motorista, disponível das 8h às 18h, mesmo horário de funcionamento dos demais órgãos. Esse serviço é acionado em situações específicas, principalmente para levar as assistidas a locais como o Instituto Médico Legal (IML), unidades de saúde, locais de acolhimento ou retorno ao lar em casos de risco. Embora pouco visível à primeira vista, o transporte é frequentemente mencionado pelas profissionais como um recurso estratégico, sobretudo quando as mulheres chegam sem condições de seguir sozinhas para os encaminhamentos.

3.2 Corpos em trânsito: a segunda porta

O itinerário das mulheres que chegam à Casa da Mulher Maranhense em situação de violência sexual é marcado por deslocamentos entre setores, documentos e escutas sucessivas. Mais do que uma sequência linear de atendimentos, o percurso vivido por essas mulheres revela um processo atravessado por tentativas institucionais de cuidado, formalização e proteção, mas também por silêncios, repetições e exigências burocráticas. Logo, neste tópico, descrevo o itinerário a partir das minhas observações em campo e das descrições das minhas interlocutoras. Como também, analiso os sentidos que cada etapa carrega e os cruzamentos entre os diferentes órgãos que compõem a rede de atendimento.

A depender da gravidade da denúncia, do perfil da mulher, da sua condição física e emocional no momento da sua chegada na instituição, caminhos diferentes podem se abrir dentro e fora da Casa. Alguns atendimentos são realizados no mesmo dia, outros se prolongam por dias, com idas e vindas. Sendo encaminhamentos dentro do serviço junto à delegacia, às varas, à defensoria e ao acompanhamento psicossocial. E os encaminhamentos para fora da Casa junto às perícias no Instituto de Criminalística (ICRIM), instituições de saúde e Casa Abrigo.

Ao atravessar as diferentes portas da Casa da Mulher Maranhense, as barreiras materiais e simbólicas que marcam o início do percurso institucional. A mulher em situação de violência sexual é conduzida inicialmente à recepção, onde se realiza o primeiro registro formal. A ficha de atendimento, preenchida nesse momento, contém informações básicas como nome, idade, raça, escolaridade, profissão e tipificação inicial da violência, servindo como documento introdutório à lógica de atendimento da Casa.

Em seguida, a assistida é encaminhada para a sala do atendimento psicossocial, onde será acolhida por uma psicóloga ou assistente social. Nesse espaço, realiza-se a chamada escuta qualificada, momento crucial no qual o relato da violência será iniciado com mais profundidade. A profissional responsável também preenche, neste momento, uma segunda ficha, a de atendimento psicossocial, em que é registrado um breve relato da situação, com base no que foi dito pela vítima durante a conversa. Em entrevista, Joana, psicóloga da equipe, explicou que essa primeira escuta exige cuidado técnico e sensibilidade emocional,

A própria escuta já é muito difícil, por conta da violência em si, por conta do estado emocional que essa mulher vem, elas vêm em um momento diferente: houve mulheres que vieram imediatamente depois da violência, houve mulheres que vieram após muito tempo da violência, sem ter conhecimento, sem ter lembranças (Joana, maio de 2025).

O trecho da fala de Joana evidencia que a escuta é qualificada como um procedimento técnico, mas também como um encontro marcado pela imprevisibilidade das narrativas e pelo tempo subjetivo da dor. O modo como a violência é relatada está diretamente ligado ao momento em que a mulher busca ajuda, à forma como compreende o que lhe aconteceu e às condições emocionais que carrega ao chegar à Casa. Algumas conseguem narrar os fatos com clareza, outras apresentam lacunas, dúvidas ou interrupções.

É durante essa escuta que a profissional avalia, com base na fala e no estado mental e físico da vítima, quais encaminhamentos são mais adequados naquele momento: se há urgência de atendimento médico, ou se o caso pode seguir diretamente para registro policial. A depender dessa avaliação, a vítima é então conduzida à Delegacia Especial da Mulher (DEM), instalada no mesmo prédio, onde o relato será formalizado na linguagem do registro policial.

Ela vai relatar o medo que sentiu, ela vai relatar muitas coisas, que é importante a gente acolher, mas a gente precisa de **dados objetivos** para poder checar, porque o interesse da delegacia é colher **provas de autoria e materialidade do crime**. Então, às vezes, elas ficam narrando muitas coisas, claro que é importante, mas a gente precisa de características físicas, locais, dados mais objetivos. E a vítima, como ela tá muito assustada, é muito difícil ela racionalizar aqueles dados pra gente (Marta, maio de 2025. Grifos meus).

A fala de Marta, a delegada titular da DEM, evidencia uma das tensões centrais no atendimento às vítimas de violência sexual: o deslocamento da escuta do campo da dor para o campo da prova. Ao enfatizar a importância de dados objetivos — como características físicas do agressor, local do crime e outros elementos concretos —, ela aponta para a necessidade de adequar a narrativa da vítima aos parâmetros da lógica penal. A escuta, embora reconhecida como parte importante do acolhimento, é atravessada por uma lógica que exige dados concretos — locais, cronologia dos fatos —, elementos que possam sustentar a autoria e a materialidade do crime. Esse tipo de racionalização, porém, nem sempre é possível diante de uma vítima emocionalmente abalada ou desorganizada pelas marcas do acontecimento.

Como observa Maria Filomena Gregori (2012), a queixa não deve ser compreendida apenas como um relato factual, mas como um ato profundamente atravessado por significados, hesitações, silêncios e expectativas. A formulação da queixa é, em si, um processo — por vezes fragmentado — em que a vítima precisa reorganizar sua memória para se tornar compreensível dentro dos limites da linguagem jurídica. Essa distância entre o vivido e o narrável mostra como a escuta policial, mesmo quando sensível, opera sob critérios que nem sempre são compatíveis com o tempo e as condições emocionais da vítima. Diante desse cenário, a própria delegada reconhece a importância de novas estratégias de acolhimento e menciona, na entrevista, a recente presença de uma psicóloga na equipe da delegacia.

O principal agora é esse atendimento com a psicóloga, que é um olhar técnico, mais acolhedor, diferente de ser atendida até mesmo pela delegada que está ali na pressa.

E, muitas vezes, eu quero dados, do tipo como o agressor era, e a vítima, às vezes, está ali naquele momento que só a psicóloga consegue tirar determinadas coisas dela (Marta, maio de 2025).

A fala da delegada revela que o atendimento psicológico passou a ocupar um lugar estratégico na escuta das vítimas de violência sexual. Ao reconhecer os limites do procedimento policial diante da complexidade emocional da vítima, ela aponta para a importância de um olhar técnico mais sensível, capaz de acessar camadas do relato que o enquadramento jurídico não alcança. A presença da psicóloga, nesse contexto, complementa o atendimento, como também suaviza a transição entre o sofrimento vivido e sua formalização como fato criminalizado.

A depender do tempo decorrido entre a violência sofrida e o momento da denúncia, os encaminhamentos da vítima podem variar significativamente. Nos casos considerados recentes — ocorridos em até 72 horas —, a vítima, logo após o atendimento na Delegacia Especial da Mulher (DEM), é encaminhada para o Hospital Municipal de Imperatriz, para realização de exames e atendimento emergencial. Esse procedimento se baseia na Lei nº 12.845/2013, conhecida como Lei do Minuto Seguinte, que garante o atendimento imediato e obrigatório, no sistema de saúde público ou privado, às vítimas de violência sexual, independentemente de boletim de ocorrência ou autorização judicial.

Após o hospital, a mulher é conduzida ao Instituto Médico Legal (IML) para a realização do exame de corpo de delito². Em situações como essa, o deslocamento é feito com o acompanhamento de uma profissional da Casa — psicóloga ou assistente social — que permanece ao lado da vítima em todo o percurso, prestando apoio emocional e orientação. Como destacou Débora, assistente social da CMM: “O maior embate pra mim é isso. É na ida do IML. E aí, assim, elas vão muito sensibilizadas. Porque já vêm muito fragilizadas. Quando chega lá, aí eu fico, acompanho, fico na sala Lilás³, que tem no IML, fico lá com elas” (Débora, maio de 2025).

² O exame de corpo de delito é um procedimento pericial obrigatório em casos de violência física ou sexual, realizado por profissionais do Instituto Médico Legal. Ele tem a função de comprovar a materialidade da agressão por meio da análise de lesões ou vestígios no corpo da vítima, sendo fundamental para o processo judicial e a responsabilização do agressor. Disponível em: <https://enciclopediajuridica.pucsp.br/verbete/441/edicao-1/exame-de-corpo-de-delito>. Acesso em: 11 de julho de 2025.

³ A Sala Lilás no Instituto Médico Legal (IML) é um espaço reservado e humanizado para o atendimento de mulheres vítimas de violência, com acesso por uma porta lateral para garantir privacidade e segurança. Assim que a mulher chega, o profissional responsável pela coleta do exame de corpo de delito é acionado, proporcionando

A fala revela que o cuidado prestado vai além do protocolo institucional, é relacional, afetivo e sustentado por uma escuta ao sofrimento da vítima. Estar presente na sala Lilás, espaço destinado ao acolhimento no IML, representa não apenas o cumprimento de um dever profissional, mas uma prática de proteção em um momento de profunda vulnerabilidade.

Em outros casos, quando a violência ocorreu há mais de 72 horas⁴, a ordem do itinerário se altera: da delegacia, a vítima segue diretamente para o IML e, em seguida, para o hospital. Ainda que fora do prazo para medicações profiláticas específicas, o atendimento hospitalar continua sendo parte essencial do percurso. Como explicou Débora:

Mesmo se já tiver um mês [da violência], nós temos que fazer isso. Porque o hospital não vai dar aquela medicação que daria no caso dentro do prazo. Mas o hospital vai dar uma outra medicação, vai orientar e ela tem que ser acompanhada. Ela entra dentro da estatística, do hospital. Então tem que ir, independente do tempo (Débora, maio de 2025).

A fala de Débora, Assistente Social, revela uma dimensão muitas vezes invisibilizada do atendimento às vítimas de violência sexual: a importância do encaminhamento ao hospital mesmo fora do período considerado ideal para a administração de medicações emergenciais. Ao afirmar que “tem que ir, independente do tempo”, ela destaca que o hospital não cumpre apenas uma função clínica, mas também institucional.

Nos casos em que a violência sexual ocorre no contexto de uma relação conjugal ou íntima de afeto — situação recorrente entre os atendimentos da Casa —, a atuação da 2ª Vara Especial de Violência Doméstica e Familiar torna-se central. Nessas situações, o crime não se configura apenas como um ato isolado, mas como parte de um ciclo de violência, enquadrado na Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha). A Vara passa a ser responsável pela tramitação dos processos criminais e cíveis decorrentes da notícia do fato, incluindo ações como medidas protetivas de urgência, afastamento do agressor, guarda de filhos, pensão alimentícia e acompanhamento judicial do caso.

um atendimento mais acolhedor. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2025/fevereiro/nota-tecnica-orienta-gestores-sobre-atendimento-a-mulheres-vitimas-de-violencia-nas-salas-lilas>. Acesso em: 11 de julho 2025.

⁴ A Lei nº 12.845/2013, conhecida como Lei do Minuto Seguinte, garante o atendimento emergencial, integral e gratuito às vítimas de violência sexual em qualquer unidade do SUS. O prazo de até 72 horas após a violência é considerado fundamental para a profilaxia de infecções sexualmente transmissíveis (IST's), administração da contracepção de emergência e coleta adequada de vestígios para fins periciais. Após esse período, parte dos procedimentos perde eficácia, especialmente os relacionados à prevenção de gravidez e infecções.

A atuação dessa instância geralmente ocorre após a formalização da denúncia na Delegacia Especial da Mulher (DEM) e a análise preliminar do caso pela 1ª Vara, sendo parte essencial da resposta institucional à violência, sobretudo quando está se dá no interior da vida doméstica. A presença de casos de estupro conjugal — muitas vezes silenciados por anos — escancara a complexidade da violência sexual e a dificuldade de seu reconhecimento quando praticada por maridos, companheiros ou ex-parceiros. Nessas circunstâncias, o percurso da vítima inclui os órgãos de acolhimento e saúde, e, também, a estrutura judicial que dará seguimento à responsabilização do agressor e à proteção jurídica da mulher.

Após a conclusão dos encaminhamentos emergenciais — seja à delegacia, hospital, IML ou às Varas Especializadas —, algumas mulheres permanecem vinculadas à Casa da Mulher Maranhense por meio do atendimento continuado realizado pelo Centro de Referência de Atendimento à Mulher (CRAM)⁵. O CRAM atua em casos que demandam acompanhamento de médio e longo prazo, oferecendo apoio psicossocial para além do momento imediato da denúncia. Nesse espaço, as mulheres encontram um tempo mais dilatado para reconstruir seus vínculos sociais, e lidar com os impactos subjetivos da violência sofrida.

O atendimento realizado pelas profissionais do CRAM busca integrar as demandas emocionais, sociais e legais de cada caso, articulando encaminhamentos para a rede de saúde mental, programas de geração de renda, acesso a políticas públicas e grupos de apoio. Ao contrário de outros setores da Casa, marcados pela urgência e pelo ritmo acelerado dos fluxos judiciais, o CRAM oferece um espaço de escuta prolongada, permitindo que a mulher permaneça em acompanhamento mesmo após o fim das medidas protetivas ou da tramitação processual. Essa continuidade constitui, muitas vezes, o único elo entre a experiência da violência e a possibilidade de reconstrução gradual de um cotidiano.

A descrição dos setores que compõem a Casa da Mulher Maranhense e o acompanhamento dos itinerários percorridos pelas mulheres vítimas de violência sexual revelam a complexidade do sistema de proteção. Embora concebida como um espaço de atendimento integrado, a Casa abriga dinâmicas próprias a cada órgão, exigindo da vítima

⁵ O Centro de Referência de Atendimento à Mulher (CRAM) é um serviço de nível municipal, previsto na Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), que integra a política pública de enfrentamento à violência de gênero. Oferece acolhimento psicológico, social e jurídico às mulheres em situação de violência, com foco na escuta qualificada, no fortalecimento da autonomia e na interrupção do ciclo da violência.

sucessivas narrativas e adaptação a diferentes formas de escuta. O percurso entre a dor vivida e a resposta institucional é fragmentado, marcado por deslocamentos físicos, registros documentais e traduções simbólicas que operam entre acolhimento e normatividade.

Ao seguir o itinerário da mulher entre recepção, atendimento psicossocial, delegacia, hospital, IML, Varas judiciais e, por fim, o CRAM, torna-se evidente que o acesso à proteção é condicionado não apenas pela existência da rede de atendimento dentro e fora da Casa da Mulher Maranhense, mas também por sua capacidade de escutar, acompanhar e sustentar a continuidade dos cuidados. O itinerário não é fixo nem garantido; ele é negociado cotidianamente por profissionais, documentos e pela própria disposição da vítima em seguir adiante. Nesse sentido, o percurso institucional o torna-se parte da experiência da violência, não como revitificação automática, mas como prolongamento da tentativa de romper com ela.

O próximo capítulo volta-se para outro eixo fundamental desta pesquisa: o estudo das fichas de atendimento preenchidas pelas profissionais da Casa da Mulher Maranhense. Esses documentos — registros da recepção e do atendimento psicossocial do acolhimento e triagem — constituem um instrumento primordial para compreender o perfil das mulheres atendidas, os tipos de violência relatados e os encaminhamentos realizados. A análise quanti-qualitativa dessas fichas permite articular o cotidiano vivido e observado com os dados registrados formalmente, aproximando as dinâmicas institucionais da materialidade da informação.

4 O QUE OS PAPÉIS REVELAM: entre códigos, silêncios e atravessamentos

*Mas é preciso ter manha, é preciso ter graça
É preciso ter sonho sempre
Quem traz na pele essa marca possui
A estranha mania de ter fê na vida
(Milton Nascimento)*

Este capítulo analisa as fichas de atendimento de mulheres vítimas de violência sexual, confeccionadas e preenchidas pelas profissionais da Casa da Mulher Maranhense, ao longo do acolhimento no ano de 2023. As fichas são o primeiro registro de atendimento e trajetória institucional das mulheres em situação de violência. Elas são produzidas nos primeiros momentos do acolhimento, tanto na recepção quanto na sala do atendimento psicossocial, e reúnem informações como nome, idade, escolaridade, cor/raça, ocupação, vínculo com o agressor, tipo de violência relatada, um relato da vítima sobre a agressão sofrida, encaminhamentos realizados e observações sobre o estado emocional da vítima. Trata-se de um documento que, embora padronizado, carrega marcas do momento do atendimento, da escuta feita pela profissional e das condições subjetivas em que a mulher se encontrava ao narrar sua experiência.

O preenchimento desse documento é feito por assistentes sociais e psicólogas da equipe da Casa, que, ao ouvir o relato da mulher, organizam os dados pessoais, profissionais e relato da violência. Algumas anotações são sucintas e objetivas, outras trazem pequenos trechos de fala, reações emocionais ou observações sobre o comportamento da vítima. Ao longo dos meses de campo, fui compreendendo que esses registros não funcionam apenas como formalidade burocrática, mas como condensações de histórias que, de forma fragmentada, apontam para o cotidiano da violência sexual e para a maneira como o Estado a reconhece e a nomeia.

A leitura dessas fichas, uma a uma, foi um momento de forte impacto para mim enquanto pesquisadora e mulher. Diante de dados sistematizados, reencontrei ali gestos, expressões e situações que já haviam atravessado meu corpo durante as observações de campo. Mas agora, diante do papel, a dor aparecia escrita — resumida, codificada, muitas vezes reduzida a uma linha. Ver a violência convertida em números e categorias me afetou profundamente: não pela frieza do dado em si, mas pela consciência de que, por trás de cada ficha, havia uma mulher que atravessou aquelas portas buscando alguma forma de amparo.

Cada registro lido trazia de volta um rosto, uma pausa na fala, um olhar baixo na recepção ou um choro contido na sala da triagem. Ler essas fichas não foi apenas organizar dados: foi reencontrar presenças, revisitar silêncios e compreender, de forma ainda mais intensa, a responsabilidade ética de quem pesquisa o que também a atravessa. Não é possível fazer pesquisa de campo sem ser afetado por ela. Entrar no campo é, antes de tudo, ser capturado por ele (Favret-Saada, 2005).

4.1 Não era só um número: todas são Ana

Faz-se necessário elucidar como se constituem as fichas de atendimento utilizadas pela Casa da Mulher Maranhense (CMM). Há dois tipos principais de fichas: a primeira é preenchida pela recepcionista no momento em que a mulher chega à Casa; a segunda, pela assistente social ou psicóloga que realiza a escuta qualificada durante o acolhimento. A ficha da recepção reúne informações básicas de identificação e registro: nome, idade, data e horário de entrada, cor/raça, escolaridade, gênero e identidade de gênero, profissão e cidade de origem. A partir desses dados, a mulher é encaminhada para o setor psicossocial.

Algumas dessas informações, como: cor/raça, identidade de gênero e orientação sexual são identificadas em sua maioria com ausência de informações, ou em branco, ou incompletas. O que compromete em certa medida a identificação do perfil da vítima de violência sexual atendida pelo serviço. Além de a longo prazo inviabilizar a criação de um atendimento específico para essas mulheres. Isso pode significar uma falta ou falha das atendedoras, ou mesmo como discute Cecília MacDowell Santos (2010), isso pode indicar que os processos de registro e categorização no sistema de justiça não são neutros: eles refletem os valores, as prioridades e as omissões de um campo marcado por disputas simbólicas e institucionais.

Na sala de acolhimento, a profissional responsável preenche uma nova ficha, que amplia e aprofunda as informações já coletadas. Nela, são anotados o tipo de violência relatada, o vínculo da vítima com o autor (companheiro, ex-companheiro, familiar, desconhecido etc.), há quanto tempo a violência ocorre, se ela tem se intensificado nos últimos tempos, se a mulher se sente em risco iminente, bem como a forma como ela chegou até a Casa — se por conta própria, encaminhada por outro órgão ou acompanhada por alguém. Essa ficha também contém um

campo destinado a observações da profissional sobre o atendimento, e um espaço para anotações abertas, utilizado para registrar as particularidades do relato trazido pela mulher.

Após o atendimento psicossocial e o encaminhamento à Delegacia Especial da Mulher (DEM), essas duas fichas são recolhidas e reunidas. Em seguida, a profissional que realizou a escuta elabora um relato por escrito, com base na narrativa da vítima, no que foi dito durante a triagem e no que ela, como técnica, considerou importante destacar. Esse documento, ainda que não seja uma transcrição literal do que foi dito, é produzido a partir da escuta e da sensibilidade da profissional, e traz traços da forma como o relato foi compreendido, organizado e interpretado à luz do atendimento.

Ao longo do ano de 2023, foram realizados 10.566 atendimentos na Casa da Mulher Maranhense. Diante desse volume, foi necessário folhear ficha por ficha, uma a uma, em busca dos casos de violência sexual — uma leitura longa, densa e, em muitos momentos, dolorosa, que exigiu atenção aos dados, como também disponibilidade emocional para acolher os rastros de sofrimento inscritos em cada linha. Em certos momentos, senti o cansaço de folhear papéis em sequência — até perceber que não se tratava apenas de fichas: eu estava folheando histórias, eu estava folheando mulheres.

Entre as mais de dez mil fichas consultadas, identifiquei 75 casos de violência sexual no ano de 2023. Desses, três permaneceram comigo de maneira particular. Seus relatos me atravessaram não apenas como pesquisadora, mas também como mulher que carrega as marcas de uma trajetória permeada por medos, silêncios e alertas que nos são ensinados desde muito cedo.

Ao ler essas histórias, reconheci nelas fragmentos da minha vida — não por serem idênticas, mas porque nos aproximavam em uma condição comum: a de sermos mulheres em um mundo que constantemente nos ameaça, parafraseando (Silva, 2024). Por isso, optei por nomear essas três mulheres de “Ana”, não apenas como um recurso ético de anonimização, mas como um gesto de pertencimento. Eu sou Ana. Elas são Ana. E, de algum modo, todas nós já fomos ou poderíamos ser Ana. Somos mulheres, e estamos sempre em algum grau de risco. O que apresento a seguir não são histórias completas, mas são encontros que ficaram, na leitura, na memória e no corpo.

4.1.1 Ana Margarida

Ana Margarida é uma mulher parda, de 50 anos, diarista, que chegou à Casa da Mulher Maranhense na quinta-feira de fevereiro de tarde. Declarou-se cisgênero e heterossexual. Sua ficha não continha informações sobre escolaridade, o que já apontava uma lacuna frequente nos registros e, talvez, na própria forma como o Estado enxerga certas mulheres: pelas ausências, pelos silêncios. Ela veio em busca de ajuda após anos de violência continuada, mas só agora, adoecida e cansada, decidiu procurar o atendimento no serviço.

Durante seis anos, foi vítima de violência por seu ex-patrão, no próprio local de trabalho. O assédio sexual iniciou de forma cotidiana e invasiva: ele tirava a roupa na sua frente, passava a mão no seu corpo, e fazia ameaças frequentes. Ao longo do tempo, a violência escalou até o estupro. Ana Margarida narrou que a relação sexual forçada não foi um fato isolado, mas o ponto culminante de um ciclo prolongado de abusos sustentados pelo medo e pela desigualdade de poder. O local de trabalho, onde ela deveria exercer suas funções com segurança e dignidade, tornou-se cenário de uma violência persistente e invisibilizada.

Já havia um mês que Ana Margarida não voltava à casa onde trabalhava. Ela estava doente, física e emocionalmente. Ainda assim, relatou que o agressor continuava a assediá-la por telefone, ligando com insistência. Sua chegada à Casa não foi apenas um pedido de ajuda: foi um limite traçado após anos de silêncio forçado. Havia exaustão em sua ficha, mas também um gesto de ruptura. A violência sexual aqui não se inscreve apenas no ato do assédio sexual, mas no cotidiano da submissão, da ameaça e da violação sistemática de sua autonomia. Ana Margarida atravessou o portão da Casa carregando a notícia-crime, como também o peso de anos em que sua dor.

4.1.2 Ana Firmina

Ana Firmina é uma mulher branca, de 35 anos, professora universitária concursada, atuante em uma universidade pública. Ela não corresponde ao perfil mais frequente entre as mulheres que aparecem nos formulários. Talvez por isso sua história tenha me causado um impacto silencioso. Havia nela uma ruptura com o padrão estatístico que, ao mesmo tempo, reafirmava uma verdade essencial: nenhuma mulher está fora do alcance da violência.

O registro indicava que Ana Firmina havia dado entrada na Casa da Mulher Maranhense em uma segunda-feira do mês de abril. Declarava ter vivido dez anos em um relacionamento abusivo, marcado por violência psicológica, chantagem, humilhação e episódios de agressão física, moral e sexual. Relatava que veio para Imperatriz/MA após ser aprovada em concurso, e que, pouco tempo depois, o então companheiro também se mudou para a cidade. A separação formal havia ocorrido a meses, mas o fim da relação não interrompeu a violência. O ex-companheiro passou a persegui-la, invadir seu apartamento e desrespeitar sistematicamente os limites estabelecidos por ela.

A ficha descrevia uma mulher que conhecia a lei — e ainda assim, viveu anos imersa em ciclos de abuso. Foi esse paradoxo que me atravessou: a consciência jurídica não a impediu de ser vítima, nem tornou mais fácil a decisão de buscar ajuda. Ana Firmina carregava em seu relato uma das expressões mais cruas da violência de gênero — aquela que se sustenta na intimidade, na persistência e no descrédito. Ao ler sua história, compreendi com ainda mais nitidez que o reconhecimento da violência não depende apenas de saber nomeá-la, mas de reunir forças para rompê-la. E, muitas vezes, isso demora anos.

4.1.3 Ana Dandara

Ana Dandara é a personagem de um dos casos que mais circularam na Casa da Mulher Maranhense mesmo antes que eu tivesse acesso à sua ficha. Ouvi falar dela nos corredores, em conversas baixas entre atendimentos, no cuidado especial com o tom da voz sempre que o caso era mencionado. De forma sutil e repetida, Dandara foi se tornando presença antes mesmo de ser documento. Durante semanas, me preparei para o momento em que sua ficha apareceria entre as outras. Quando finalmente a encontrei, em uma manhã silenciosa de leitura, senti que não era apenas mais uma ficha. Era o rosto que, mesmo sem conhecê-la, eu já carregava na memória.

Ana Dandara tem 20 anos, se declarou como heterossexual e cisgênero. É uma mulher parda, universitária, que deu entrada na Casa na manhã de quarta-feira, no mês de outubro. Seu caso não constava apenas na ficha de acolhimento e no atendimento psicossocial — ele vinha acompanhado de um boletim de ocorrência anexado ao prontuário, o que não era comum. Naquele documento, constava que o abuso havia ocorrido na saída de uma festa, na região da

Beira Rio, por volta das 3h da madrugada. Sem acesso à internet e tentando retornar para casa, Dandara foi abordada por um homem que se identificou como motorista de aplicativo. Ela aceitou a corrida e pagou o valor em espécie, o que tornaria mais difícil qualquer rastreamento posterior. Durante o trajeto, o motorista desviou a rota, alegando não encontrar o endereço. Ele usou de ameaça e a estuprou. Após o crime, deixou-a próxima de sua casa. Para suportar a dor, Dandara recorreu ao silêncio — ativou o esquecimento como forma de seguir respirando. No entanto, descobriu que estava grávida decorrente do estupro.

Perguntei à psicóloga da Casa, Joana, por que aquela história parecia ter marcado tantas pessoas. Ela me respondeu que, ao contrário do que é habitual, o acompanhamento de Dandara durou três meses. O atendimento psicossocial, que normalmente se limita à escuta inicial e aos encaminhamentos — responsabilidade da equipe de acolhimento e triagem — foi estendido em razão da gravidade emocional da situação. O habitual das profissionais que atuam nessa primeira etapa é realizar uma escuta qualificada e orientar a mulher sobre os passos seguintes, como registrar boletim de ocorrência ou buscar atendimento médico. Já os acompanhamentos terapêuticos de mais longo prazo, quando necessários, são encaminhados ao CRAM. No caso de Dandara, era necessário mais do que protocolo.

Além da violência vivida, ela estava em sofrimento psíquico profundo. Havia menções a ideação suicida e um desejo de interromper a gestação decorrida do estupro, que, por estar em estágio avançado e sem datação precisa, tornava o processo de aborto legal mais difícil. A situação exigiu articulações institucionais e presença constante da equipe da Casa. Segundo Ester, assistente social que acompanhou o caso, foi necessária uma intervenção firme para garantir a continuidade do cuidado. A psicóloga, Joana, contou que, mesmo nos feriados de Natal e Ano Novo, mantiveram contato com Dandara por telefone, temendo por sua segurança.

A ficha dela ultrapassou os limites do protocolo institucional. Tornou-se referência recorrente entre as profissionais da Casa, exigindo da equipe um tipo de atuação que vai além da escuta pontual prevista pelo atendimento psicossocial. Em silêncio, sua história atravessou toda a Casa — e, agora, atravessa também está escrita.

Entre os casos analisados neste subcapítulo, o de Ana Dandara se impõe pela violência do ocorrido, como também pela complexidade dos afetos e silenciamentos que atravessam os casos de estupro. Sua experiência, marcada por medo, exposição e desamparo, revela camadas de dor que nem sempre cabem nos registros formais. A forma como tentou reorganizar sua vida

após a violência — evitando falar sobre o ocorrido, descartando o teste de gravidez, afastando-se da universidade — sugere um esforço de distanciamento, uma tentativa de se proteger da repetição do trauma. Como discute Michael Pollak (1989), o esquecimento pode funcionar como estratégia de sobrevivência diante de experiências que não se conseguem elaborar imediatamente. Em contextos de violência, silenciar ou suprimir a memória não é necessariamente negação, mas, muitas vezes, uma forma de aplacar a dor, de sobreviver em um mundo repleto de novas formas de brutalizar o corpo feminino.

Essa leitura convida a considerar que os relatos analisados nas fichas dizem o que foi vivido, como também apontam estratégias elaboradas pelas mulheres para continuar vivendo depois de serem vítimas de violência sexual. O silêncio, o lapso e o esquecimento são partes constituintes desses registros, ainda que não estejam sempre explicitados (Peirano, 2009). A violência sexual deixa marcas que não se encerram no ato em si, nem se resolvem na denúncia (Efrem Filho, 2017). As fichas, nesse sentido, não são apenas instrumentos administrativos: são fragmentos de vidas (re)elaboradas ou ainda em processo de elaboração.

4.2 Cada mulher é um caso: uma perspectiva interseccional

Este subcapítulo apresenta os dados quantitativos produzidos a partir da análise das fichas de atendimento da Casa da Mulher Maranhense no ano de 2023, com foco específico nos casos de violência sexual. A leitura dessas informações foi guiada por uma perspectiva interseccional, reconhecendo que as mulheres que acessam a rede de atendimento não são um grupo homogêneo: elas têm cor, classe, escolaridade, idade, profissão, vínculos familiares e diferentes formas de inserção (ou exclusão) social. Os gráficos aqui apresentados buscam responder à pergunta: quem são essas mulheres? A partir dessa resposta, pretende-se compreender como desigualdades estruturais — especialmente de gênero, raça e classe — se articulam para produzir vulnerabilidades específicas e moldar o acesso (ou a barreira) aos direitos das mulheres vítimas de violência sexual em Imperatriz /MA.

Das 10.566 fichas consultadas, 75 foram identificadas com algum tipo de violência sexual. No entanto, esse número não corresponde exatamente ao apontado pelo relatório institucional da Casa da Mulher Maranhense, que registra 85 casos no mesmo período. Para compreender essa diferença, consulte também o quantitativo disponibilizado pela Delegacia

Especial da Mulher (DEM), que indicava 78 ocorrências registradas como violência sexual no ano de 2023, revelando uma variação de três casos em relação ao meu levantamento. Essa disparidade pode estar relacionada a diferenças nos critérios de registro e nos fluxos internos de atendimento.

No mês de outubro observei um aumento no registro de casos de violência sexual tendo como vítimas adolescentes do gênero feminino, fato que não era comum, uma vez que a DEM é competente apenas para os casos que tem como vítimas mulheres adultas (maiores de 18 anos), sendo, portanto, a Delegacia da Criança e do Adolescente (DPCA) responsável por esses casos.

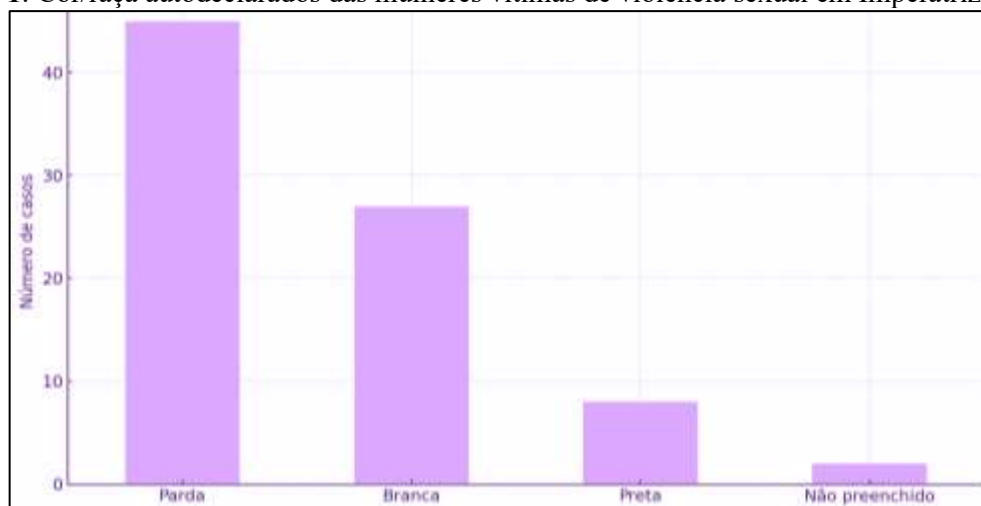
Ester, assistente social da Casa, ao ser questionada sobre esse aumento, explicou: “Nesse período, a DPCA estava atendendo dentro da Casa. A gente recebeu alguns casos de adolescentes vítimas de violência sexual, e essas fichas entraram, sim, no quantitativo geral.” Isso indica que a presença temporária da Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA) pode ter influenciado na contagem oficial dos casos de violência sexual do ano de 2023.

Tentando compreender um pouco mais sobre a produção dos dados de violência, entrevistei Marta, delegada titular da DEM. Durante a entrevista perguntei se havia situações em que a própria vítima desconhecia ou não nomeava o fato que compreendia como sendo uma violência sexual. Ela respondeu que, muitas vezes, é pela narrativa da mulher que a equipe consegue identificar o crime: “Elas chegam falando de medo, de abuso, mas sem saber nomear. A gente escuta e, por trás do que dizem, reconhece o que se configura como violência sexual.” Esses dois elementos ajudam a compreender as divergências numéricas entre os diferentes registros, reforçando que os dados documentados não são neutros: eles resultam de escutas, interpretações técnicas e decisões institucionais sobre o que será ou não registrado como tal (Lima, 2010).

Com base nas 75 fichas de atendimento relacionadas à violência sexual registradas ao longo do ano de 2023, foi possível organizar um análise gráfica que sintetizam as informações relevantes sobre o perfil das mulheres atendidas pela Casa da Mulher Maranhense. Esses dados permitem visualizar como as variáveis como raça/cor, idade, escolaridade, vínculo com o agressor e ocupação se articulam na constituição das situações de violência.

A escolha por representar essas informações em gráficos não tem como objetivo esvaziar a complexidade dos relatos individuais, mas, ao contrário, busca evidenciar padrões e recorrências que, lidas à luz da interseccionalidade, ajudam a compreender a produção social da vulnerabilidade em Imperatriz/MA. Ao seguir com a análise, procuro relacionar os números a partir de uma análise multivariada das interseccionalidades observadas no campo e nas fichas de atendimento, reforçando que por trás de cada dado há uma experiência vivida, marcada por gênero, raça, classe e desigualdade estrutural.

Gráfico 1: Cor/raça autodeclarados das mulheres vítimas de violência sexual em Imperatriz/MA 2023



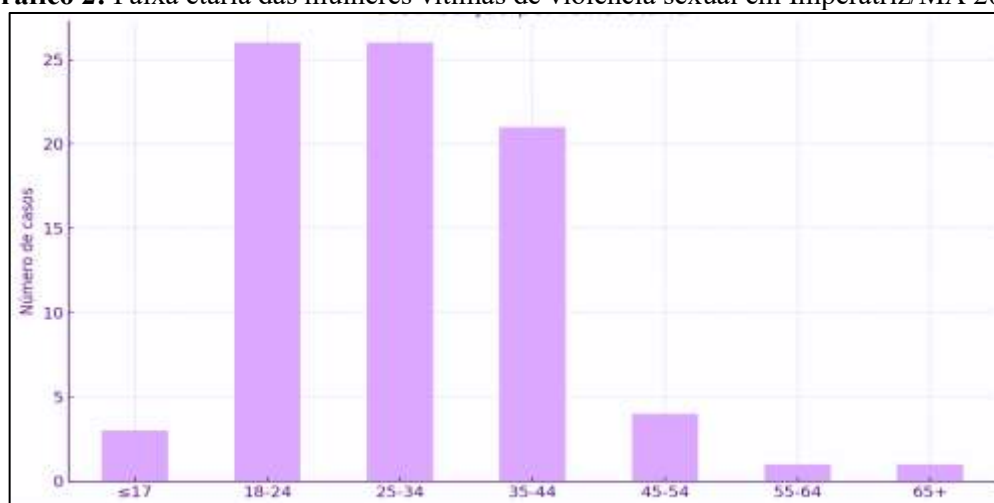
Fonte: Autoria própria, 2025.

O primeiro gráfico refere-se à raça/cor declarada das vítimas de violência sexual, com base nas 75 fichas analisadas. Os dados apontam que a maioria das vítimas se autodeclara parda, totalizando mais de 40 casos, o que representa mais da metade dos registros. Em seguida, aparecem as mulheres brancas, com pouco mais de 25 ocorrências. Os registros de mulheres pretas são significativamente menores, e em poucos casos o campo não foi preenchido. Esses dados confirmam o que já vem sendo discutido por Mariana Pinheiro (2023), ao apontar que o marcador racial não pode ser desvinculado da análise da violência de gênero. As mulheres negras, aqui incluídas as categorias “pardas” e “pretas”, conforme a classificação oficial do IBGE, aparecem como as mais expostas à violência sexual, revelando como o racismo estrutura o acesso desigual ao corpo, à dignidade e à proteção. Ainda que a ficha traga apenas um campo

de preenchimento simples, os números evidenciam que raça é um marcador central na experiência da violência sexual em Imperatriz/MA.

Além do marcador racial, outro dado fundamental para compreender o perfil das mulheres atendidas pela Casa, diz respeito à faixa etária das vítimas. A idade, como categoria social, também atravessa as experiências de violência, interferindo tanto na forma como essa violência é vivida quanto na maneira como ela é narrada, acolhida ou invisibilizada. Ao observar os registros, é possível perceber padrões etários que se repetem, indicando que a violência sexual não afeta todas as idades da mesma forma, há recortes geracionais que concentram maior número de ocorrências, o que nos obriga a considerar como gênero e idade se articulam na produção da vulnerabilidade. A seguir, apresento o gráfico com a distribuição das vítimas por faixa etária.

Gráfico 2: Faixa etária das mulheres vítimas de violência sexual em Imperatriz/MA 2023.



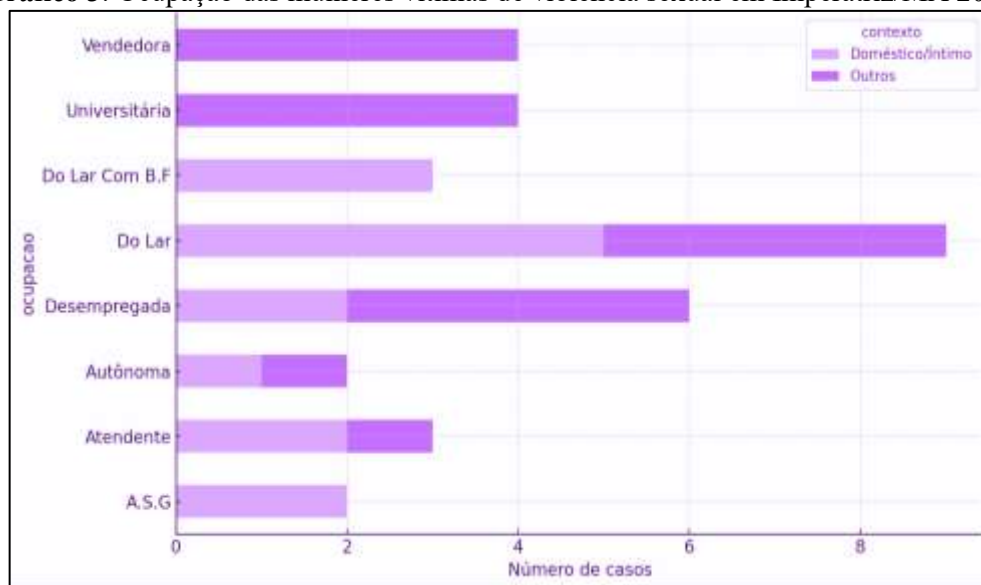
Fonte: Autoria própria, 2025.

O gráfico de distribuição por faixa etária revela uma concentração expressiva de casos entre mulheres jovens, sobretudo na faixa de 18 a 34 anos, que, somadas, representam a maioria das vítimas atendidas pela Casa da Mulher Maranhense no ano de 2023. Em seguida, aparece a faixa de 35 a 44 anos, com número ainda significativo, mas já em declínio. As faixas etárias superiores a 45 anos têm incidência muito menor, e os casos de adolescentes com até 17 anos também aparecem em número reduzido — o que, conforme discutido anteriormente, estar relacionado ao fato de que os atendimentos a adolescentes, em outubro de 2023, foram temporariamente realizados na Casa da Mulher Maranhense.

A interpretação desses dados permite afirmar que a violência sexual em Imperatriz, incide de maneira mais recorrente sobre mulheres em idade reprodutiva e economicamente ativa, o que não significa que outras faixas etárias estejam isentas da experiência da violência, mas que sua subnotificação pode estar associada a outros fatores, como vergonha, silêncio ou descrédito institucional. Como afirma Rita Laura Segato (2012), o corpo da mulher jovem é socialmente construído como território de disputa e dominação, e a violência sexual, nesses casos, cumpre uma função de imposição de poder sobre esse corpo. Nesse sentido, os dados refletem mais do que idades: revelam um padrão de vulnerabilização de mulheres em momentos da vida marcados por autonomia crescente, o que torna o controle de seus corpos um elemento central da lógica de dominação.

Outro elemento é a ocupação declarada no momento do acolhimento. A análise dessa variável permite observar como a violência sexual atravessa diferentes formas de inserção no mundo do trabalho, revelando desigualdades ligadas à classe social, à precarização das relações laborais e à autonomia econômica das vítimas. A seguir, apresento o gráfico com os dados de ocupação informados nas fichas de atendimento.

Gráfico 3: Ocupação das mulheres vítimas de violência sexual em Imperatriz/MA 2023.



Fonte: Autoria própria, 2025.

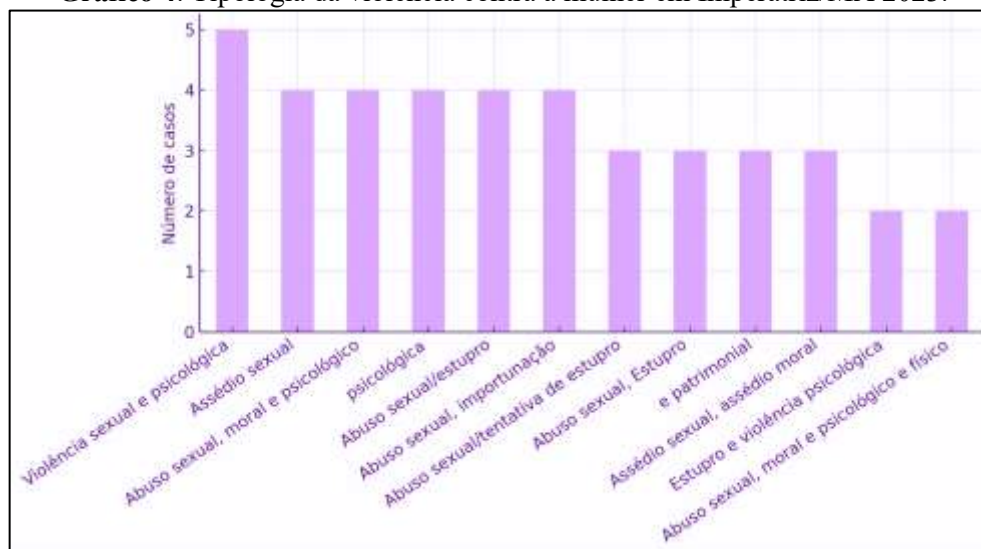
O gráfico evidencia que a maioria das mulheres vítimas de violência sexual em 2023 estavam em situações de vulnerabilidade econômica ou social. O maior número de ocorrências

foram entre aquelas que se autodeclararam do lar (9 casos) e desempregadas (6 casos), seguidas por universitárias (5) e vendedoras (5). Outras ocupações identificadas foram trabalhadoras autônomas (3), atendentes (2), auxiliares de serviços gerais (2) e mulheres do lar com benefício financeiro (3), categoria que aponta para vínculos de dependência com programas assistenciais ou pensões. Entre as mulheres com inserção no mercado formal ou estudantil, como universitárias e vendedoras, a violência ocorreu predominantemente em contextos fora do ambiente doméstico. Já entre as que estavam desempregadas ou em trabalhos domésticos, os casos se deram, em sua maioria, em contextos íntimos ou familiares.

Esse recorte reforça o que Heleieth Saffioti (2004) já alertava ao tratar da confluência entre gênero, classe e trabalho doméstico na configuração da violência: mulheres em situação de dependência econômica tendem a apresentar maior dificuldade de ruptura com o ciclo da violência, especialmente quando ele ocorre no espaço privado. Da mesma forma, Silvia Federici (2017) destaca que o trabalho não remunerado no lar — historicamente invisibilizado — é sustentáculo de relações assimétricas de poder, que não se limitam ao plano econômico, mas se estendem ao controle simbólico e sexual do corpo feminino.

Diante desse cenário, torna-se essencial compreender quem são essas mulheres, como vivem, isto é, as formas específicas que a violência sexual assume em seus cotidianos. No próximo gráfico, apresento a tipologia da violência registrada nas fichas de atendimento, um dado crucial para entender como essas violências são classificadas, reconhecidas ou silenciadas institucionalmente.

Gráfico 4: Tipologia da violência contra a mulher em Imperatriz/MA 2023.



Fonte: Autoria própria, 2025.

O gráfico apresenta as principais tipologias de violência identificadas nas fichas analisadas, revelando a diversidade e sobreposição de formas de agressão vividas pelas mulheres. O tipo mais recorrente foi a combinação entre violência sexual e psicológica (5 casos), seguida por ocorrências de assédio sexual (4), abuso sexual acompanhado de violência moral e psicológica (4), violência psicológica isolada (4) e diferentes formas de abuso sexual associadas a estupro ou importunação (totalizando mais de 10 casos distribuídos entre categorias próximas). Chama atenção a presença de registros que mencionam violência patrimonial, moral e física combinadas à violência sexual, o que indica a natureza multifacetada das situações atendidas.

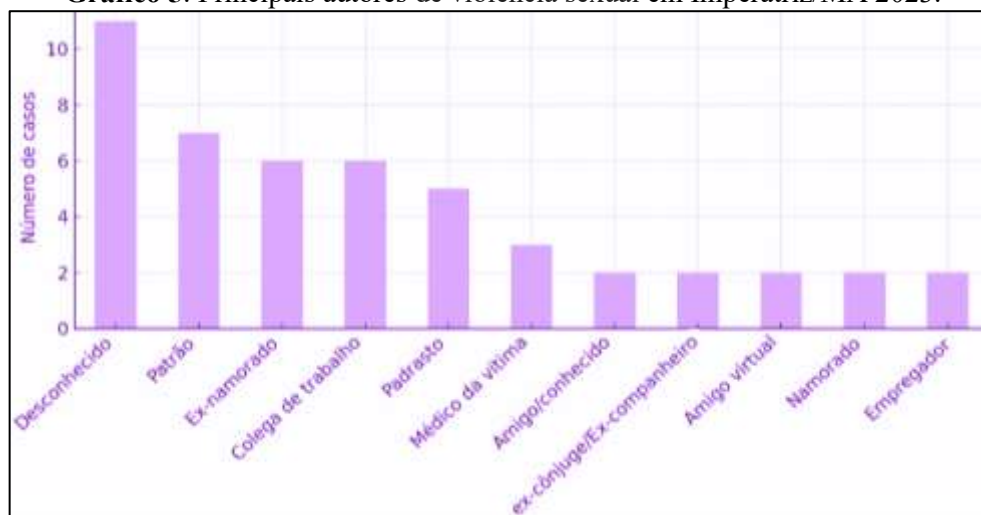
A pluralidade de classificações, muitas vezes combinadas de forma descritiva ou informal, aponta para a complexidade do reconhecimento institucional da violência, tanto por parte das vítimas quanto das profissionais responsáveis pelo preenchimento das fichas. Como já discutido por Jacqueline Pitanguy (2001) e Marília Carvalho (2003), os limites entre tipos de violência nem sempre são nítidos na experiência vivida, e sua nomeação depende tanto do vocabulário das vítimas quanto da escuta e interpretação das profissionais da rede. Nesse sentido, as fichas funcionam como dispositivos de tradução do sofrimento em categorias jurídico-administrativas, nem sempre suficientes para captar o alcance subjetivo da violência.

Os dados reforçam ainda que a violência sexual raramente aparece isolada: ela frequentemente vem acompanhada de coerção emocional, controle simbólico, chantagem,

humilhação e danos psicológicos. Esses atravessamentos reforçam a necessidade de abordagens integradas nos atendimentos, considerando que a tipificação legal, embora necessária, não dá conta da totalidade da experiência da vítima.

A diversidade de tipificações observada nas fichas reforça que a violência sexual raramente se apresenta de forma isolada, ela é atravessada por outras violências, que operam em relações marcadas por poder, controle e desigualdade. Para compreender com mais profundidade essas dinâmicas, é fundamental observar quem são os autores da violência relatada pelas vítimas. Saber se os agressores são desconhecidos, parceiros íntimos, familiares ou colegas de trabalho permite identificar padrões de proximidade que atravessam as situações de violência e influenciam diretamente no tempo, na forma e na possibilidade de denúncia. A seguir, apresento o gráfico com a distribuição dos principais autores da violência registrados nas fichas de atendimento de 2023.

Gráfico 5: Principais autores de violência sexual em Imperatriz/MA 2023.



Fonte: Autoria própria, 2025.

O gráfico apresenta os principais autores da violência sexual contra mulheres atendidas pela Casa da Mulher Maranhense no ano de 2023. O dado mais expressivo é a categoria “desconhecido”, com 11 registros, o que pode inicialmente reforçar uma noção de que a violência sexual é cometida sobretudo por agressores externos, sem vínculo direto com a vítima. No entanto, a sequência das demais categorias revela uma realidade mais complexa: aparecem

padrões (7 casos), ex-namorados (6), colegas de trabalho (6), padrastos (5), médicos (4) e outros vínculos de proximidade, como ex-companheiros, amigos, empregadores e namorados.

Esses dados reforçam que, apesar do destaque numérico de desconhecidos, a maior parte da violência ocorre em relações marcadas por convivência, confiança ou hierarquia. O espaço do trabalho, da família e das relações afetivas segue sendo, para muitas mulheres, o local onde o corpo é controlado e violentado. Como observa Rita Laura Segato (2012), a violência sexual não é apenas um ato de desejo ou impulso: ela opera como dispositivo de poder, em que o agressor afirma seu domínio sobre a vítima, especialmente quando existe algum tipo de laço ou subordinação prévia. A presença de figuras como padrões, médicos e padrastos na lista evidencia como o poder simbólico, institucional e afetivo pode ser instrumentalizado para a prática do abuso.

Essas constatações não apenas desafiam o senso comum sobre a violência sexual, como também evidenciam as camadas de desigualdade que estruturam a sua ocorrência: classe, gênero, posição hierárquica e dependência emocional estão entre os fatores que ampliam a vulnerabilidade das vítimas e dificultam a denúncia. Como os dados apontam, o perigo raramente está apenas “lá fora” — muitas vezes, ele habita os vínculos mais próximos.

Apesar da relevância dos dados levantados, é importante destacar que nem todos os casos puderam ser incluídos nos recortes analíticos anteriores, em razão da incompletude das fichas. Informações como ocupação, cor/raça, escolaridade e até mesmo o autor da violência estavam ausentes em vários registros, o que compromete a totalização de alguns cruzamentos. Em conversas de campo, Francisca, assistente social da equipe, explicou que nem sempre os campos são preenchidos de forma exaustiva, pois a prioridade, naquele momento, é garantir uma escuta acolhedora e não revitimizar a mulher, que já terá de relatar o ocorrido com detalhes durante o depoimento policial. Como ela mesma afirmou: “Nosso papel é escutar e orientar, não arrancar uma história que ela ainda não consegue contar.”

O preenchimento incompleto, nesse sentido, não é resultado apenas de negligência ou falha técnica, mas também de um modo de atuação que considera o sofrimento da vítima como algo que exige tempo, sensibilidade e mediação. Como discute Veena Das (2011), ao refletir sobre o ato de testemunhar, há experiências que não se deixam captar de imediato pelo discurso institucional, e que só podem ser ditas, ou inscritas, no tempo da subjetividade de quem fala. Também ecoa as discussões de Cecília MacDowell Santos (2010) sobre a tensão entre os

imperativos burocráticos e o acolhimento às vítimas de violência de gênero no sistema de justiça. Diante disso, os dados aqui analisados não devem ser tomados como retrato fechado ou totalizante, mas como parte de uma realidade atravessada por desigualdades, silêncios e negociações institucionais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS: ecos de uma etnografia atravessada

A Casa da Mulher Maranhense, localizada em Imperatriz/MA, foi criada pelo programa estadual “Viva Mulher Maranhense”, uma política pública vinculada ao Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher. Seu modelo de funcionamento baseia-se no atendimento integrado, reunindo em um único espaço órgãos como Delegacia Especial da Mulher, Ministério Público, Defensoria Pública, Vara de Medidas Protetivas, CRAM e serviços de triagem e acolhimento. A criação dessa estrutura, fora da capital maranhense, representa um avanço importante na descentralização das políticas de gênero e na tentativa de garantir acesso mais célere, humanizado e eficaz às vítimas. Como demonstra esta pesquisa, a presença institucional, por si só, não é suficiente para superar as desigualdades estruturais que alimentam a violência.

Ao longo deste trabalho, examinei o funcionamento cotidiano da Casa, por meio de observação participante, entrevistas com profissionais, conversas informais e análise documental de 75 fichas de atendimento a mulheres vítimas de violência sexual registradas em 2023. A abordagem etnográfica permitiu compreender não apenas os fluxos formais, mas também os descompassos, silêncios e negociações que atravessam o atendimento institucional. O percurso das vítimas, que transitam por múltiplas portas, órgãos e documentos, revela uma dinâmica fragmentada, frequentemente tensionada entre o cuidado e a burocracia, entre a sensibilidade e os limites impostos pelos protocolos.

Há uma força política nos pequenos deslocamentos institucionais. A escolha de uma psicóloga por acompanhar uma vítima por três meses, mesmo que isso extrapole sua função formal; o cuidado em manter contato com uma assistida em situação de risco suicida; a escuta que prioriza o tempo da mulher — todos esses gestos, embora discretos, revelam que as práticas de cuidado ainda resistem nos interstícios da norma, e que o acolhimento institucional, quando pautado pela ética e pela escuta comprometida, pode se constituir como espaço de reconstrução subjetiva.

Outrossim, a análise dos dados indicou padrões significativos: a maioria das vítimas se autodeclara parda, tem entre 18 e 34 anos, e se encontra em situação de vulnerabilidade econômica ou informalidade laboral. Esses marcadores evidenciam a interligação entre classe, gênero e raça na produção e na manutenção da violência. A normalização da dependência

econômica, somada à precarização das relações de trabalho e à responsabilização feminina pela mediação familiar, reforça a posição de vulnerabilidade que muitas mulheres ocupam dentro e fora do espaço doméstico. Além disso, a maior parte dos casos analisados apontou para a atuação de agressores com vínculo direto com a vítima — como ex-companheiros, patrões, padrastos ou colegas de trabalho —, o que confirma que a violência sexual é frequentemente atravessada por relações de poder e controle cotidiano.

A investigação revelou ainda que, embora o atendimento inicial realizado na Casa seja comprometido, há limites operacionais e institucionais importantes. A frequente ausência de preenchimento incompleto das fichas, compromete, em certa medida, a sistematização dos dados e a elaboração de diagnósticos mais precisos.

A violência sexual, como mostram essa monografia, não é um evento isolado ou excepcional, mas um fenômeno que se estrutura sobre desigualdades históricas e sociais. A persistência da violência sexual, portanto, não poderá ser superada sem o enfrentamento direto ao patriarcado, entendido como regime político, simbólico e econômico que organiza o poder sobre os corpos, o tempo e a sexualidade das mulheres. Além disso, esse tipo de violência não se constitui apenas como criminalidade pontual. Ela brota do chão social, atravessa nossa educação e transita por famílias, universidades, empresas, casas e ruas. Entendê-la requer escutar quem sobreviveu, mas pôr também em tensão as estruturas que permitem que ela ocorra. Uma vez que, a violência sexual está longe de ser um fenômeno isolado, residual ou localizado. Ela opera como engrenagem de um sistema que produz a exploração dos corpos femininos cotidianamente.

Esta etnografia, portanto, oferece um mapeamento do atendimento à vítima de violência sexual, no entanto também revela que a resposta institucional ainda é fragmentada, e que poderá ser realizada de forma mais integral se estiver articulada a mudanças mais amplas: na cultura, na justiça, na economia e nas relações de gênero. Enquanto houver fichas incompletas, mulheres em silêncio, e histórias que não chegam a ser contatadas ou escritas nos documentos, haverá a perpetuação da brutalização dos corpos femininos.

Este texto, portanto, não encerra o debate, mas deixa em aberto uma interrogação sobre como produzir saberes que não despersonalizem as vítimas, que não reduzam suas narrativas a números ou fichas. Deixa, sobretudo, um convite à ação: aprimorar protocolos, investir no cuidado interinstitucional e reestruturar as escolas, as famílias e as universidades, pois a

violência sexual não será interrompida apenas por leis, mas por transformações profundas na forma como enxergamos as mulheres.

Ao encerrar essa viagem ao campo antropológico, retorno ao mote que motivou todo o percurso: escutar — não apenas ouvir relatos, mas permitir que as histórias das mulheres atravessassem meu corpo, minha escrita e minhas reflexões. Esta etnografia não buscou um distanciamento, mas um encontro com a dor, uma presença que dialoga com a imersão, o afeto e a implicação emocional. A Casa da Mulher Maranhense, estrutura pública de acolhimento, revelou-se um espaço onde os traços da violência entranham-se na vida cotidiana, mas também onde diariamente se instauram redes de cuidado que, ainda que insuficientes, gestam possibilidades de transformação.

Que este trabalho possa contribuir para esse movimento — com a humildade de quem escutou, com o compromisso de quem registrou, e com a responsabilidade de quem agora devolve, em forma de escrita, tudo aquilo que aprendeu em campo.

REFERÊNCIAS

ABRAM, S.; WESZKALNYS, G. (ed.). **Elusive promises: planning in the contemporary world**. New York: Berghahn Books, 2013.

AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen, 2019.

ANGROSINO, M. **Etnografia e observação participante**. Tradução de José Fonseca. Porto Alegre: Artmed, 2009. E-book.

BEAUVOIR, S. de. **O segundo sexo**. Tradução de Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. 2 v.

BEZERRA, A. R. **A espacialização da violência contra a mulher em São Luís**. 2021. 190 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2021.

BRASIL. **Decreto nº 8.086, de 30 de agosto de 2013**. Institui o Programa Mulher: Viver sem Violência. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/decreto/d8086.htm>. Acesso em: 4 jul. 2025.

BRASIL. **Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006**. Brasília, 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm>. Acesso em: 4 jul. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Viva: instrutivo notificação de violência interpessoal e autoprovocada**. [S.l.]: MS, 2016.

BUTLER, J. **Gender trouble: feminism and the subversion of identity**. New York: Routledge, 1990.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, J. **Undoing gender**. New York: Routledge, 2004.

CARNEIRO, S. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. In: SILVA, P. B. (org.). Documentos de referência para a implementação da Lei 10.639/2003. Brasília: MEC, 2003.

CARNEIRO, S. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. [S.l.]: Selo Negro, 2015.

CARVALHO, M. P. de. Sucesso e fracasso escolar: uma questão de gênero. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 185-193, jan./jul. 2003. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ep/a/whzMRVSVmcVCgfY9CkfMt4n/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 4 jul. 2025.

CERQUEIRA, D.; BUENO, S. (coord.). **Atlas da violência 2024**. Brasília: Ipea; FBSP, 2024a. Disponível em: <<https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/14031>>. Acesso em: 7 set. 2024.

CERQUEIRA, D.; BUENO, S. (coord.). **Atlas da violência 2024**: retrato dos municípios brasileiros. Brasília: Ipea; FBSP, 2024b. Disponível em: <<https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/14031>>. Acesso em: 7 set. 2024.

CRENSHAW, K. Demarginalizing the intersection of race and sex: a Black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. **University of Chicago Legal Forum**, Chicago, v. 1989, n. 1, p. 139-167, 1989.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.

CRENSHAW, K. Mapping the margins: intersectionality, identity politics, and violence against women of color. **Stanford Law Review**, Stanford, v. 43, n. 6, p. 1241-1299, 1991.

DAS, V. O ato de testemunhar: violência, gênero e subjetividade. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 37, p. 9-41, 2011.

DAS, V.; POOLE, D. **Anthropology in the margins of the state**. Santa Fe: School of American Research Press, 2004.

EFREM FILHO, R. A reivindicação da violência: gênero, sexualidade e a constituição da vítima. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 50, e175007, 2017b.

EFREM FILHO, R. Corpos brutalizados: conflitos e materializações nas mortes de LGBT. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 46, p. 311-340, 2016.

EFREM FILHO, R. Os meninos de Rosa: sobre vítimas e algozes, crime e violência. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 51, e175106, 2017a.

FAVRET-SAADA, J. Ser afetado. **Cadernos de Campo**, São Paulo, v. 14, n. 13, p. 155-161, 2005. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/50263>>. Acesso em: 15 jul. 2025.

FEDERICI, S. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Editora Elefante, 2023.

FONSECA, C. **O anonimato e o texto antropológico: dilemas éticos e políticos da etnografia “em casa”**. In: Experiências, dilemas e desafios do fazer etnográfico contemporâneo. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2008.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1976.

FOUCAULT, M. **Nascimento da biopolítica**: curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1975.

FREIRE, L. M. Quem tem direito aos direitos? A produção de pessoas transexuais como “sujeitos de direitos”. **Confluências: Revista Interdisciplinar de Sociologia e Direito**, Niterói, v. 17, n. 3, p. 92-114, 2015.

GAMA, L. P. **“Em casa foi pior”**: experiências e narrativas de mulheres vítimas de violência durante a pandemia de Covid-19 em Imperatriz-MA. 2023. 187 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Maranhão, Imperatriz, 2023.

GEERTZ, C. **O saber local: fatos e leis em uma perspectiva comparativa**. In: GEERTZ, C. **O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa**. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

GREGORI, M. F. **Cenas e queixas**: mulheres e relações violentas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

GREGORI, M. F. **Violência sexual e instituições**. São Paulo: Cortez, 2013.

HOOKS, B. **O feminismo é para todo mundo**: políticas arrebatadoras. Tradução de Ana Luíza Libânio. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2014.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades**. Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/imperatriz/panorama>>. Acesso em: 7 jul. 2025.

LANGDON, E. J. O dito e o não-dito: reflexão sobre narrativas que famílias de classe média não contam. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 7, n. 1/2, p. 119-135, 1993.

LIMA, R. K. de. Sensibilidades jurídicas, saber e poder: bases culturais de alguns aspectos do direito brasileiro em uma perspectiva comparada. **Anuário Antropológico**, Rio de Janeiro, v. 35, n. 2, p. 25-51, 2010.

MACHADO, L. Z. **Feminismo em movimento**. 2. ed. São Paulo: Francis, 2010.

MACHADO, L. Z. Violência de gênero e políticas públicas. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 16, n. 3, p. 651-658, 2008.

MACKINNON, C. **Toward a feminist theory of the state**. Cambridge: Harvard University Press, 1989.

MALINOWSKI, B. **Argonautas do Pacífico Ocidental**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MBEMBE, A. **Necropolítica**. *Arte & Ensaios*, Rio de Janeiro, n. 32, p. 123-151, 2016.

MBEMBE, A. **Necropolítica**. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

MBEMBE, A. **Políticas da inimizade**. Lisboa: Antígona, 2017.

MINAYO, M. C. de S. **Violência sexual: um grave problema de saúde pública**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.

ONU. **Declaração sobre a eliminação da violência contra a mulher**. Nova York: ONU, 1993.

ONU. **Mulheres do mundo 2015: tendências e estatísticas**, capítulo 6, violência contra mulheres. Nova York: Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas, 2015.

PATEMAN, C. **The sexual contract**. Stanford: Stanford University Press, 1988.

PEIRANO, M. O paradoxo dos documentos de identidade: relato de uma experiência nos Estados Unidos. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 15, n. 32, p. 53-80, jul./dez. 2009.

PIMENTEL, A. O método da análise documental: seu uso numa pesquisa histórica. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 114, p. 179-195, nov. 2001.

PINHEIRO, M. de O. **Mulheres negras, self e violência sexual: pensando interseccionalidades junto a usuárias de um serviço especializado em Salvador, Bahia**. 2023. 180 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2023.

RIBEIRO, D. **Lugar de fala**. São Paulo: Pólen Produção Editorial, 2019.

RUBIN, G. **The traffic in women: notes on the 'political economy' of sex**. In: REITER, R. (ed.). *Toward an anthropology of women*. New York: Monthly Review Press, 1975.

SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SEGATO, R. L. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. **e-Cadernos CES**, Coimbra, n. 18, 2012. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/eces/1533>>. Acesso em: 4 jul. 2025.

SILVA, M. C. de O. **Cada casa é um caso: uma etnografia da casa da mulher brasileira de São Luís-MA**. 2022. 193 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2022.

SILVA, P. M. **Todas são Marias? Possibilidades e limites do Programa Mulher Viver sem Violência no atendimento às mulheres transexuais e travestis em São Luís – Maranhão nos anos de 2017 a 2023**. 2024. 141 f. Dissertação (Mestrado em Políticas

Públicas) - Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2024.

SLVA, A. de A. **As representações da violência de gênero e sexualidade em uma escola pública na cidade de Imperatriz, Maranhão.** 2023. 199 f. Dissertação (Mestrado em Formação Docente em Práticas Educativas) - Programa de Pós-Graduação em Formação Docente em Práticas Educativas, Universidade Federal do Maranhão, Imperatriz, 2023.

SPRADLEY, J. **Participant observation.** New York: Holt, Rinehart and Winston, 1980.

VALDEZ-SANTIAGO, R.; RUIZ-RODRIGUEZ, M. Violencia doméstica contra las mujeres: ¿cuándo cómo surge como problema de salud pública? **Salud Pública de México**, Cuernavaca, v. 51, n. 6, p. 505-511, 2009.